



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0725/08	DATA: 27/05/2008
INÍCIO: 14h37min	TÉRMINO: 17h25min	DURAÇÃO: 02h47min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h47min	PÁGINAS: 59	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ MARIANO BELTRAME – Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.  
VALDINHO JACINTO CAETANO – Superintendente da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo.  
GILBERTORIBEIRO – Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.  
GILSON LOPES – Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Esclarecimentos acerca do conteúdo de matéria publicada pelo jornal *O Dia*, edição de 25 de abril de 2008, sobre a área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

OBSERVAÇÕES

Há palavra ininteligível.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Ordem do Dia.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutir matéria publicada pelo jornal *O Dia*, edição de 25 de abril de 2008, atinente à área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, e atende a requerimento do Deputado Marcelo Itagiba, do PMDB do Rio de Janeiro.

Convido para compor a mesa os Srs. José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; Valdinho Jacinto Caetano, Superintendente da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro; Gilberto Ribeiro, Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; Coronel Gilson Lopes, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Informo que também foi convidado o General Luiz Cesário da Silveira Filho, Comandante Militar do Leste, que enviou ofício à Comissão, por meio do Comando do Exército, no qual informa que entende dispensável sua presença nesta reunião.

Antes de apresentar os procedimentos a serem seguidos para um melhor andamento dos trabalhos, gostaria de saudar todos os integrantes da Mesa. Sejam muito bem-vindos! Muito nos honra a presença dos senhores.

Esta é uma reunião de muita importância, porque temos aqui a cúpula segurança e da defesa social de um Estado tão importante como o Rio de Janeiro. Peço que os senhores transmitam ao Governador Sérgio Cabral nossas congratulações.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - S.Exa. estará aqui em Brasília hoje, na posse do Ministro Carlos Minc.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Então, Secretário, peço a V.Sa. que transmita a S.Exa. a nossa saudação e o nosso desejo de sucesso nas suas atividades.

Lembro que é mais ou menos usual que, nas terças-feiras a Comissão vá se adensando ao longo dos trabalhos, porque boa parte dos Deputados ainda está em processo de chegada à cidade.



Já está aqui, porém, o autor do requerimento, que se divide ubiquamente entre a CPI, esta Comissão e mais outras atividades, não é Deputado Marcelo Itagiba?

Esclareço que, para melhor ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: para a exposição, cada um dos convidados disporá de 15 minutos, prorrogáveis por mais 5 minutos, não podendo haver apartes durante esse período.

Os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

O autor do requerimento disporá de 10 minutos para fazer sua inquirição; os demais Deputados inscritos terão 3 minutos para interpelar os expositores.

Feitos esses esclarecimentos, reitero as boas-vindas a todos e concedo a palavra, pelo tempo de 15 minutos, prorrogáveis por mais 5, ao Sr. José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, a quem mais uma vez saúdo.

Secretário, fique à vontade.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Boa tarde a todos. É uma satisfação estarmos nesta Casa para prestar esclarecimentos solicitados. E esse é um convite que absolutamente não poderíamos deixar de atender, até porque, pelo fato de sermos administradores públicos, temos a obrigação de tornar nossos atos os mais transparentes possíveis.

Em linhas gerais, o que posso apresentar para os senhores é que, no Rio de Janeiro — e isso tenho dito e acho que não é novidade —, durante décadas, 30, 40 anos, o Estado não agiu, e essa inércia e inépcia fizeram com que, infelizmente, houvesse uma ocupação desordenada do solo e questões de ordem pública, resultando num conglomerado de pessoas divididas em subabitações, morando em áreas em que não existe infra-estrutura, não existe nenhum tipo de serviço que contemple a maioria da população. Conseqüentemente, morar nesses locais não traz dignidade às pessoas. E esse não é um problema de passado recente, mas de passado remoto.

Considerando isso e a configuração geográfica, que permite que esses conglomerados de pessoas estejam inseridos no cento do Rio de Janeiro, sem



dúvida alguma, toda a cidade hoje sente e é atingida por esses pequenos núcleos, essas pequenas células criminosas que estão no contexto da convivência social.

Quando assumimos, o Rio de Janeiro vivia uma verdadeira guerra. Não sei se os senhores se recordam. Pessoas foram queimadas vivas dentro de um ônibus; delegacias de polícia foram atacadas; pessoas foram atingidas inclusive pelas costas quando estavam fazendo registro de ocorrência em delegacias etc. Durante a transição, montamos, rapidamente, um grupo de Inteligência. Queríamos fazer isso de maneira mais paulatina. Mas, a situação nos forçou a ser rápidos. A Polícia Federal nos ajudou, e continua nos ajudando, de maneira muito estreita no combate à violência. E começamos a agir, identificando esses focos em que a criminalidade é muito presente.

Obviamente, mais da metade das ações criminosas no Rio de Janeiro é praticada pela facção denominada Comando Vermelho. O maior número de investigações que temos, no contexto com que hoje a Inteligência trabalha, atinge a questão do Comando Vermelho. Mas aqui não estamos elegendo o Comando Vermelho ou outra facção como sendo a prioritária. É que, como o Comando Vermelho tem uma atuação maior, é natural que tenhamos mais investigações que englobem essa organização criminosa.

Naquela ocasião, por meio de dados da Inteligência, foi identificado que a logística, a questão financeira e o comando daquelas ações tiveram no seu bojo a liderança do Comando Vermelho, especificamente no Complexo do Alemão.

Então, começamos, já naquele momento, as investigações.

Hoje, essas investigações tomaram um rumo muito grande. Temos uma série de investigações em curso em várias áreas do Rio de Janeiro cujo nascedouro está lá atrás.

Procuramos não só focar a questão do combate ao tráfico. Temos também muitos investigações que envolvem máquinas caça-níquel e as milícias. Não podemos combater toda a milícia no Rio de Janeiro, mas começamos pela que entendemos mais estruturada, que é a Milícia da Zona Oeste. Já realizamos alguns trabalhos em relação ao Poder Público em Magé e em Angra dos Reis; enfim, estamos promovendo uma série de ações.



E um dos nossos focos nesse combate é o desarmamento. Precisamos desarmar as pessoas, porque não é possível que hoje num lugar como o Morro Santa Marta, em questão de 4, 5 meses, retiremos 4 metralhadoras .30. Ontem, mesmo pegamos quase 450 cartuchos .50. Ou seja, existe .50 na área do Comando Vermelho.

Sabemos que a situação é complexa e delicada, mas temos de agir no sentido de identificar os grupos que devem ser combatidos. Claro que essa operação de desarmamento é complexa, na medida em que acontece o que não queremos, a saber: o confronto. Identificados esses núcleos, temos de atuar.

Em tese, é o que estamos fazendo.

Outras medidas estruturais estão sendo encaminhadas por nós, medidas que, muitas vezes, não são tão exploradas pela mídia.

As pessoas vivem no Rio de Janeiro a angústia de querer segurança hoje e agora. E é isso o que temos de tentar dar ao cidadão. Nesse sentido, estamos criando a Universidade da Polícia. Estamos com 2 comissões — e pedi ao Governador que as criasse por decreto —, em que será revisada toda a legislação das Polícias Militar e Civil.

Vamos inserir no currículo dos policiais militares, a partir de junho, a disciplina Polícia Comunitária. Antes, o policial tinha de receber essas aulas fora. Temos, sem dúvida alguma, problema que reputo o nosso calcanhar-de-aquiles: a ostensividade. Isso é inegável. Mas estamos lutando para que seja feita uma reengenharia de pessoal. Nós temos problemas com a PM, mas a PM é a solução para isso.

Conseguimos aprovar, na Assembléia Legislativa, a diminuição do tempo de coronel. E isso vai fazer com que consigamos promover mais tenentes-coronéis. Este ano serão promovidos 12 tenentes-coronéis. Estamos também com um projeto que deverá ser votado, nesta ou na outra semana, sobre aproveitamento de reservistas. Por meio desse projeto, policiais militares aposentados virão para a atividade-meio e quem está na atividade-meio volta para a atividade-fim, a rua.

Afora isso, o Governo do Estado — essa não é uma medida da Secretaria — está lá com um grupo de gestão, o INDG, que está fazendo todo o levantamento de pessoal. No final de julho, há a possibilidade de esse grupo nos apresentar programas para que possamos, mais uma vez, trazer o efetivo para a rua. A prova



da eficácia dessa medida foi o Pan-Americano, quando conseguimos colocar na rua do Rio de Janeiro 10 mil homens. Naquele período, houve mais sensação de segurança e foram feitas mais prisões de maneira menos traumática. Por quê? Porque ao sair para praticar atos ilícitos, os bandidos encontravam a Polícia nas ruas. Mas, por tanto, tivemos de tirar policiamento do interior, da Baixada, bem como cancelar férias e todos os cursos da Escola de Oficiais. Foi assim que pudemos colocar esse efetivo na rua.

Hoje, a Inteligência policial, um dos nossos pilares, no que respeita à integração com outras instituições, como a Polícia Federal e a Marinha, está perfeita. Ontem mesmo, acabamos de concretizar a doação de 500 fuzis, com mil carregadores, da Marinha para a Secretaria. Por sua vez, a Receita Federal nos tem ajudado muito na questão das máquinas caça-níquel, porque a Receita Federal faz a prisão administrativa, não de auto, e se, em 30 dias, não aparecer o proprietário das máquinas apreendidas, elas podem ser desmanchadas, destruídas. Já apreendemos quase, acredito, 20 mil máquinas, e não apareceu proprietário algum.

Precisamos, agora, consolidar a questão da ostensividade.

Sabemos que esse não é um problema que poderemos resolver a curto prazo; temos de adotar medidas estruturantes para que isso aconteça, como, por exemplo, a criação da Universidade da Polícia e mais outras companhias em que possamos formar policiais. Há um concurso em andamento com 3 mil vagas abertas. E não há outra forma de trazer policiais para a corporação se não for via concurso público, por isso, estamos debruçados em cima desse tipo de alternativa. Infelizmente, a realização de concurso depende da SEPLAG, depende do Secretário de Fazenda, Joaquim Levi, e do Secretário de Planejamento, Controle e Gestão, Sérgio Rui. Enfim, estamos agora com 3 mil vagas; no ano passado entraram 900, dos quais 450 estão se formando agora em julho e, em agosto, entra a outra turma de 450. No final do ano, pretendemos a começar a aproveitar esses outros 3 mil, com o objetivo de dar ostensividade e sensação de segurança, porque, preliminarmente, é a presença do policial na rua que, efetivamente, transmite à população a segurança.

Em linhas gerais, é isso, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Secretário, em nome da Comissão, agradeço a V.Sa. as esclarecedoras informações.

Concedo a palavra ao Sr. Valdinho Jacinto Caetano, Superintendente da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, pelo tempo de 15 minutos, podendo ser prorrogados por até 5 minutos.

**O SR. VALDINHO JACINTO CAETANO** - Sr. Presidente da Mesa, na pessoa de quem cumprimento os demais componentes da Mesa; Deputado Marcelo Itagiba, meu colega de trabalho na Polícia Federal; Srs. Deputados presentes, demais presentes, em nome da Direção-Geral da Polícia Federal, agradeço à Comissão o convite para participar desta reunião e, de alguma forma, poder colaborar com V.Exas.

Em relação ao tema desta reunião, entendo que o problema de armas e violência nos morros é mais da atribuição da Secretaria de Segurança Pública. Todavia, no que pertine à Polícia Federal, temos trabalhado fortemente na questão da inteligência. Hoje, grande parcela do esforço e do trabalho da Inteligência da Polícia Federal do Rio de Janeiro é voltada para a colaboração com a Secretaria de Segurança Pública.

No cotidiano do Superintendente daquela regional, o último despacho do dia é com área de segurança, oportunidade em que fazemos um trabalho, um *release* de tudo o que foi coletado durante o dia e isso é retransmitido para a Secretaria de Segurança Pública, para que ela possa adotar as medidas preventivas no âmbito de sua atribuição.

É inegável que essa questão das armas está intimamente ligada à questão das drogas. Temos trabalhado com muito afinco e força também na repressão ao tráfico de drogas e armas.

Recentemente tivemos a oportunidade de desarticular uma grande quadrilha, uma quadrilha muito bem estruturada que inclusive contava com armeiro e importadores de armas. Evidentemente, essa não foi a única, fizemos outras operações semelhantes no passado. Estou citando apenas a mais recente.

A questão das drogas está intimamente ligada à utilização de armas no Rio de Janeiro. E, em relação a isso, é muito forte o trabalho realizado pela Polícia Federal. Alguns poderiam indagar: se esse trabalho é tão forte, por que o número de



apreensões não é tão significativo, ou é significativo, mas não da forma como está sendo apresentada aqui? Porque muitas dessas apreensões são feitas em outros Estados. Interessa-nos, ao detectarmos o tráfico de drogas, interceptá-lo ainda no nascedouro — em Foz do Iguaçu, no Paraná, no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, no seu transcurso.

Em linhas gerais, sem querer me alongar muito, ressalto que a Polícia Federal tem realizado um trabalho de absoluta integração com a Secretaria de Segurança Pública no quesito de inteligência. Hoje, posso afirmar que grande parte da Inteligência da Polícia Federal está voltada para as questões de segurança pública do Rio de Janeiro.

Evidentemente, dessa segurança se extrai tudo aquilo que é atribuição da Polícia Federal, são instaurados os inquéritos policiais e adotadas as medidas que cabem à Polícia Federal. As outras são de atribuição da Polícia Civil, da Polícia Militar, enfim, da Secretaria de Segurança Pública. Essas informações são repassadas de forma quase que *on line*, para que as medidas possam ser adotadas no tempo necessário, e a repercussão disso seja a mais otimizada possível.

Basicamente é o que temos feito.

Coloco-me inteiramente à disposição para qualquer questionamento que se julgue necessário.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado Sr. Valdinho Jacinto Caetano, Superintendente da Polícia Federal do Estado do Rio de Janeiro, pelas informações prestadas a esta Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Gilberto Ribeiro, Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, pelo tempo de 15 minutos, prorrogáveis por até 5 minutos.

**O SR. GILBERTO RIBEIRO** - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar os integrantes da Mesa, os Parlamentares e demais presentes e, enfim, complementar o que já foi dito no sentido de que, quando se fala em segurança pública, não devemos esquecer que as forças policiais têm a atribuição de conter a criminalidade presente, mas o combate efetivo, de médio e longo prazos, na realidade, só é feito por meio da resolução das questões sociais,





das desigualdades que geram toda essa onda de criminalidade que vemos com muita nitidez, especialmente no Estado do Rio de Janeiro.

Ao iniciarmos o trabalho no Governo Sérgio Cabral, foi-nos pedido que trabalhássemos com metas — e isso foi realizado na esfera da Polícia Civil, onde, entre outras, estabeleceu-se a de conclusão de investigações, relatórios de inquéritos e encaminhamentos de termos circunstanciados.

Com base nisso, conseguimos aumentar em 40% o número de investigações concluídas com êxito em relação ao mesmo período anterior, ou seja, ao ano de 2006; dobramos a resolução de inquéritos de homicídio, quer dizer, aumentamos em 100% isso. Não significa necessariamente que o desempenho seja bom, ele ainda precisa ser melhorado com certeza, mas já demos um passo na direção certa. E isso é importante.

Realizamos, ao longo de 2007, um planejamento estratégico, em que se estabeleceu metas e objetivos para aquele ano, como a contratação de servidores, uma vez que trabalhamos atualmente com menos da metade do efetivo de que necessitamos; o reconhecimento do merecimento por meio da produtividade individual de cada um; a realização de cursos de capacitação para que o policial possa trabalhar e apresentar resultados com maior qualidade; investimentos em tecnologia, e a construção de um novo IML. Aliás, possivelmente, será o mais moderno IML da América Latina e está em fase de conclusão. O prédio já está construído; estamos esperando a chegada dos equipamentos importados. A previsão é a de que nos próximos 2 ou 3 meses esses equipamentos estejam instalados, e possamos efetivamente dar início à utilização desse novo Instituto Médico Legal, um dos nossos órgãos técnicos.

Temos também um projeto de modernização do Instituto de Criminalística, nos mesmos moldes do que foi desenvolvido para o Instituto Médico Legal, em que além de se dar melhores condições de trabalho aos peritos, desenvolve-se um sistema informatizado, que vai dar muito mais agilidade ao trabalho de polícia judiciária e permitir que as investigações sejam concluídas com mais rapidez.

Também é importante ressaltar, para não me alongar demais, que as medidas adotadas pela Secretaria de Segurança Pública ao longo do ano passado determinaram queda nos principais indicadores de criminalidade; houve redução do



número de casos de roubo e furto de veículo, de roubo de carga, seqüestro, roubo a residência, enfim, houve redução em quase todos os principais indicadores.

Houve aumento dos casos de roubo de rua — roubo a transeunte, roubo de celular, roubo em interior de coletivos etc. Esses foram os indicadores que aumentaram, e podemos creditar isso também ao aperto que se deu às demais atividades criminosas, que obrigam o criminoso a migrar para uma atividade, vamos dizer assim, mais difícil de se combater, embora menos lucrativa.

Em linhas gerais, o que podemos dizer é isso. Coloco-me à disposição para responder às questões que me forem feitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Sr. Gilberto Ribeiro, Chefe da Polícia Civil do Estado Pernambuco...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Do Rio de Janeiro, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Devidamente aparteado e corrigido pelo Deputado Marcelo Itagiba, refaço, então, o agradecimento ao Sr. Gilberto Ribeiro, Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Concedo a palavra ao Sr. Coronel Gilson Lopes, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, nosso último expositor, que disporá, como os demais, de 15 minutos, prorrogáveis por mais 5.

**O SR. GILSON LOPES** - Boa tarde a todos os integrantes da Mesa, demais Parlamentares e convidados presentes.

Na condição de Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, quero dizer que, como já foi explanado pelo Secretário de Segurança, à Polícia Militar compete, como estabelecido na Constituição, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. É meta, obviamente, do Governo do Estado, da Secretaria de Segurança e, claro, da Polícia Militar, cada vez mais buscar a ostensividade dessa instituição.

Para tanto, a meta do atual comando que assumiu a partir de 30 de janeiro, é justamente fazer um enxugamento na atividade-meio da corporação para alocar os policiais militares que hoje se encontram na parte burocrática na atividade-fim, a rua, com metas ousadas que estamos implementado com o apoio da própria Secretaria de Segurança e de instituições que trabalham especificamente nisso, no sentido de colocamos, pelo menos, 2 mil policiais militares na atividade-fim.



É bom que se diga que o efetivo da corporação é de exatamente 38.741 policiais militares. Desses, em média, 60% já se encontram na rua desde que assumimos, e aumentar essa visibilidade e ostensividade é a missão principal da Polícia Militar.

Os senhores podem fazer uma conta rápida para verificar onde está o restante desse efetivo. Há uma parcela na atividade burocrática que não há como computar ou jogar na rua: os policiais militares que estão respondendo a procedimentos administrativos, bem como os licenciados por questões de saúde. Alguns têm seqüelas e não mais terão oportunidade de atender à atividade-fim.

Então, temos de contar que, do total de 38.700, na verdade, o efetivo real da corporação é em torno de 36 mil, porque há muitos policiais militares nessa situação.

Mais especificamente sobre o que foi o motivo maior desta nossa vinda aqui — pelo menos pelo que entendi, o efetivo da corporação na Zona Sul —, temos 2.080 policiais nas unidades que compõem a área da Zona Sul: 2º Batalhão, em Botafogo; 19º Batalhão, em Copacabana; 23º, no Leblon; o Batalhão de Turismo, além dos Grupamentos do GEPAE.

Se buscarmos isso no Estado — se me permitem fazer um parêntese sobre o que já foi discorrido aqui acerca da questão do tráfico de droga e da criminalidade no Rio de Janeiro —, veremos que somente na cidade do Rio de Janeiro há cerca de 700 favelas. Também no que diz a relevo, o Estado do Rio de Janeiro é único. Analisando o relevo carioca, vemos que a ocupação desordenada do solo urbano ocorre nos morros, principalmente na área da Zona Sul da Capital, onde, obviamente, esses criminosos, os narcotraficantes buscam estender o seu mercado de consumo e venda de drogas.

Cito dado que também reputo importante para demonstrar não o enfrentamento, mas, sim, a busca, como já foi pontuado pelo Secretário de Segurança, de desarmar esses criminosos. Tomando por base o período de janeiro a 24 de maio deste ano, portanto, um período bem recente, verificamos que houve um total de 748 confrontos armados com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a qual tem de estar ofensiva e diuturnamente na rua, fazendo frente a essa criminalidade. Se somarmos os confrontos enfrentados pela Polícia Civil, 41, o número será maior. Sou o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de



Janeiro, e aqui estou respondendo aqui por ela, mas, numa rápida conta em termos de percentual, 41 confrontos armados correspondem a um pouco mais de 5% do Estado.

É lógico que a corporação tem essa preocupação em toda e qualquer área do Rio de Janeiro. Sabemos que o mercado consumidor maior está na Capital, razão pela qual existem esses conflitos, esses embates periódicos entre facções, especificamente na Zona Sul, entre 2 facções na área do Leme: o Comando Vermelho, o Terceiro Comando Puro e a ADA. Mas é algo, como já foi pontuado, que já vem de outras datas e devido à intenção de expandir, porque não há o que expandir senão no confronto direto.

Nesse raciocínio, somente durante este ano já foram apreendidas quase 4 mil armas de fogo pela Polícia Militar do Estado. Nossa intenção, óbvio, é a cada dia estarmos mais presentes e trazermos um clima de tranquilidade e paz à população do Estado do Rio de Janeiro.

A Polícia Militar, neste momento, com a ação do Governo do Estado e, especialmente, com a aquisição e terceirização de parte da frota, 622 viaturas, demonstra mais visibilidade. E nós, do Comando-Geral, temos tido um retorno muito positivo por parte da população. Isso demonstra que a população está percebendo o esforço do Governo, da Secretaria de Segurança e principalmente da instituição.

Inclusive, entre essas quase 4 mil armas apreendidas pela Polícia Militar no período de um ano para cá, há 191 fuzis, que são armas de guerra. Esse é o nosso dia-a-dia. Procuramos desarmar esses marginais, a fim de trazer dias melhores e mais tranquilos à população do nosso Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Agradeço ao Sr. Coronel Gilson Lopes, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Quero também agradecer a todos, ao Sr. Secretário, ao Chefe da Polícia Civil e ao Sr. Superintendente a oportunidade que deram a esta Comissão, mediante as respectivas exposições, de tomar conhecimento e contato com os problemas que não são apenas do Rio de Janeiro, mas de toda a Federação.

Nós vamos passar agora à etapa dos debates.



O primeiro a fazer uso da palavra será o autor do requerimento, o Deputado Marcelo Itagiba, que disporá de até 10 minutos.

Antes, porém, peço licença para me ausentar durante aproximadamente 25 minutos, porque, Sr. Secretário, caros convidados, temos aqui um sorteio semestral — é a Loto daqui — para falar no Grande Expediente. E se perder minha vez, praticamente só terei outra oportunidade de ocupar a tribuna nesse período da sessão plenária no segundo semestre. Então, por favor, desculpem-me. Não há nenhum agravo nesta minha retirada. Daqui a 25, 30 minutos estarei de volta.

Convido a 1ª Vice-Presidente, a Deputada Marina Maggessi, do Estado do Rio de Janeiro, para fazer o papel deste Presidente — e estou certo de que S.Exa. o desempenhará com mais competência, mais graça e conhecimento. *(Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Marina Maggessi) - Boa tarde a todos os componentes da Mesa. É uma honra presidir esta sessão.

Concedo a palavra, por 10 minutos, ao Deputado Marcelo Itagiba, autor do requerimento de realização desta audiência.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Sra. Presidenta, Srs. Deputados e convidados, em primeiro lugar, quero registrar o meu desacordo com o não-comparecimento do ilustre Comandante Militar do Leste, tendo em vista o fato de que vamos tratar de matéria relativa às comunidades Chapéu Mangueira e Babilônia, que têm parte de seu território subordinada ao referido Comando. Seria, portanto, muito importante a sua presença, para que pudéssemos discutir essa questão e fazer aquilo que todos nós desejamos: a integração das ações em benefício da população do Estado do Rio de Janeiro.

Quero cumprimentar os que aqui estão presentes, porque reconheço a todos como profissionais de polícia. Por uma incrível coincidência, os membros desta CPI que aqui estão neste momento também são, por sua vez, profissionais de polícia: o Delegado Laerte Bessa, que foi Chefe da Polícia Civil do Distrito Federal; o Deputado William Woo, que é policial no Estado de São Paulo; a Deputada Marina Maggessi, que é policial no Rio de Janeiro, e eu, que sou policial federal. Então, eu acho que nós estamos em casa, e ninguém aqui tem condições de enganar ninguém. Todos nós conhecemos as nossas ações, as nossas atividades e os nossos trabalhos.



Quero cumprimentar o Dr. Mariano, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, meu colega no Departamento de Polícia Federal e com quem tive o prazer de poder interagir quando estive à frente da Missão Suporte, no combate à criminalidade no Rio de Janeiro.

Cumprimento o Dr. Jacinto, com quem não tive o prazer de trabalhar, mas hoje está calçando um dos sapatos que já calcei: a Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro.

Cumprimento igualmente o Comandante-Geral da PM e o Dr. Gilberto Ribeiro, Chefe da Polícia Civil — aliás, a Polícia Civil completa 200 anos este ano, e a Polícia Militar, 199 anos. Fico muito feliz em vê-los nas posições que ora ocupam, porque sou conhecedor e reconhecedor de seus méritos. Tive a oportunidade de trabalhar com ambos: um, na chefia da delegacia mais importante do Rio de Janeiro à época, a Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis, ali colocado por mim, furando um esquema que existia na estrutura da Polícia Civil; e o outro, no Comando da 2ª Seção da Polícia Militar. Tive a honra e o prazer de fazer a indicação do nome de ambos para que chegassem ao último posto de suas carreiras: o Delegado Gilberto, como Delegado de 1ª Classe, e, à época, o Tenente-Coronel Gilson Pitta Lopes, ao posto de Coronel. Fico feliz, portanto, em vê-los nessa posição — uma posição espinhosa.

Nós sabemos que ninguém inventa a roda. A roda vem rodando, e temos de pedalar a bicicleta que vem andando. Então, reconheço os méritos dos meus antecessores e quero, melhor ainda, reconhecer os méritos daqueles que me sucederam na atividade.

Assumi a Subsecretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, se não me engano, em maio de 2003, após 2 anos na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

E é importante que fique o registro oficial nesta Comissão de que só fui parar na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro porque fui impedido, pelo Partido dos Trabalhadores, que então chegava ao poder, de exercer a minha função de Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro e de ocupar qualquer outro cargo de relevância na administração do DPF, porque me julgavam aliado, ou ligado, ao ex-Ministro José Serra, que foi o contendor naquele período.



Em razão disso, disse-me o Diretor-Geral da Polícia Federal — o que depois foi confirmado pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos — que eu não poderia exercer nenhum cargo de relevância na administração do DPF, porque me identificavam com uma determinada corrente política, o que não era, de fato, verdade, e se especulava que eu poderia ter sido indicado Diretor da Polícia Federal caso José Serra tivesse saído vitorioso no pleito, o que não era necessariamente verdade. Infelizmente, isso inviabilizou o exercício da minha profissão.

Espero que V.Sas. não sofram no futuro esse mesmo tipo de desgaste, em que se demonstrou, na verdade, falta de respeito ao profissionalismo de quem exerceu aquela função sempre com muita lealdade às leis do País e à Administração.

Fui parar naquela Secretaria e encontrei um quadro muito parecido com que o Dr. Beltrame hoje citou: policiais militares sendo baleados em ônibus no Complexo da Maré; ônibus sendo incendiados. E trabalhamos para reverter esse quadro e essa situação. Trabalhamos muito, e muito conseguimos reverter.

Permaneci à frente da Secretaria até abril de 2006, passando o meu cargo a outro delegado de Polícia Federal, que ali permaneceu até a chegada do Dr. Mariano, no ano de 2007.

Os trabalhos foram feitos. E foram feitos com muita força, com muita competência pelas Polícias do Rio. Fizemos a Operação Asfíxia; montamos um centro de comando e controle na Secretaria de Segurança Pública; fizemos a Operação Pressão Máxima; fizemos a Operação Inteligência, Massa e Força, em que deslocamos grandes efetivos de policiais para coibir o tráfico de drogas; elencamos, na área de Inteligência, as 80 chamadas cabeças do tráfico à época — e elas ou foram presas ou morreram em confrontos. Muitos desses trabalhos foram divididos com os companheiros da Polícia Federal que integravam a Missão Suporte, antes na pessoa do Dr. Luiz Fernando Corrêa e, depois, na pessoa do Delegado Mariano. Então, todos nós trabalhamos de forma integrada.

Tive a oportunidade também de repassar à Polícia Federal várias informações que resultaram em prisões de policiais federais, de policiais rodoviários federais e até mesmo de policiais civis. E, aliás, cobrava a todo momento quando é que se daria a operação dos dados que nós havíamos encaminhado, para que fossem



efetivamente investigados e para que fossem comprovadas aquelas denúncias que resultaram em algumas operações da Polícia Federal no ano que passou.

Então, os nossos trabalhos foram realizados, e acho que com bastante sucesso, graças ao empenho da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Muitas coisas também foram feitas, como as Delegacias Legais. Foram construídas mais de 100 Delegacias Legais, que é um sistema aprovado e hoje ainda em uso no Estado do Rio de Janeiro — parece-me que será dado continuidade a esse trabalho.

Um sistema de escuta foi montado na Secretaria de Segurança Pública, com a compra de um equipamento moderno à época.

Foram adquiridos os blindados — em número de 8, senão me engano —, que em muito ajudaram a que não houvesse mais mortes de policiais nas incursões. E alguns diziam que o blindado era algo negativo, quando, na verdade, sabemos que é um instrumento de defesa da vida do policial, porque, na verdade, é um escudo de proteção para o policial no combate à criminalidade. Pude dar à Polícia Civil o seu blindado novo e comprar outros 7 para a Polícia Militar, que os dividiu por áreas, e eles se encontram em uso até hoje, embora, acredito, precisem ser renovados.

Foi montado um sistema e foram feitos alguns investimentos na área da perícia. Montamos também um sistema de balística para identificação dos projéteis.

Foi feito um sistema integrado com o MP, que o Dr. Mariano teve a oportunidade de inaugurar no ano que passou, e que nós implementamos em conjunto com o Dr. Mafan. Eu estou dizendo tudo isso porque todos nós somos sucessores de algo que já vem andando. Não podemos falar mal da Administração que passou. Não devemos falar mal do General Cerqueira, que fez um belo trabalho — o Coronel Pita teve oportunidade de trabalhar com ele à frente da Secretaria de Segurança Pública —, e de outros que por lá passaram.

Na área de inteligência, nós tivemos uma das melhores e mais capacitadas pessoas, que é o Coronel Romeu Ferreira, com quem o Coronel Pita teve oportunidade de trabalhar por 2 vezes. Aliás, montou uma estrutura de inteligência que muito se integrou à comissão de suporte e a outras áreas do Governo.

Eu sempre defendi, à época em que estive à frente da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro, a integração de uma força-tarefa. E consegui





fazer isso, por exemplo, com a Deputada Marina Maggessi, quando nós fizemos a operação que resultou na desarticulação da quadrilha do Uê, chamada de operação Camisa Preta. Propusemos que isso fosse feito com outros órgãos da Administração. Mas, em função de, naquele momento, o Governo do Rio de Janeiro ser um governo da Governadora Benedita e por achar que isso era uma interferência do Governo Fernando Henrique Cardoso, isso não se realizou. Posteriormente, foi o contrário. Como se achava que era um governo da Governadora Rosinha Garotinho, o Governo Federal também não desejava se integrar. Havia uma série de dificuldades. A cada morte ocorrida numa operação policial, nós tínhamos, no dia seguinte, o grupo de direitos humanos fazendo lá o seu patrulhamento necessário para ver se as coisas tinham sido feitas de forma correta e adequada. E todo dia chegava um indivíduo de Brasília para fazer uma triagem nas operações que eram feitas pela polícia do Rio de Janeiro. Parece-me que hoje esse pessoal esqueceu um pouco do Estado do Rio de Janeiro.

Então, de alguma forma, nós estamos aí trabalhando com esse objetivo. E o objetivo desta reunião me parece que é, especificamente, discutir a questão do Chapéu/Mangueira. E eu lamento a vinda do General, porque eu pedi que o Secretário Beltrame aqui estivesse, o Dr. Gilberto, o Coronel Pita e o nosso companheiro Caetano, da Polícia Federal. Porque eu entendo que Chapéu, Mangueira e Babilônia são exemplos clássicos de comunidade pequena localizada no centro de uma área densamente populosa no Rio de Janeiro; e que este seria um exemplo clássico, porque ali poderia ser feita uma atividade integrada de força-tarefa capaz de devolver a paz e a tranqüilidade àquela comunidade — para que o Delegado Mariano e o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro não tenham toda hora de mandar o Coronel Pita dar uma reforçada no policiamento — talvez por ter acontecido alguma coisa, que a CORE não tenha podido que ir lá para, em lugar, resolver um outro tipo de problema —, ou seja, fazer uma ocupação permanente. Quem conhece Babilônia e Chapéu/Mangueira sabe que parte dessa área está submetida ao domínio do Exército Brasileiro; que há até residências de suboficiais naquela localidade. Então, o objetivo era este: trazer aqui (e eu não vou nem mais exibir o que eu tinha para exibir) a fotografia dos fuzis, porque eu defendo uma posição de que, toda vez que uma arma de guerra se encontra nas mãos dos



criminosos, as Forças Armadas têm legitimidade para agir. Aliás, isso consta de um artigo que eu escrevi ao jornal *O Globo*. E por que elas têm legitimidade para agir? Porque arma de guerra está submetida às Forças Armadas. É só instaurar um inquérito policial militar para apurar se aquela arma é das forças Armadas ou não é; se é arma de calibre privativo ou não. Se é, então elas têm legitimidade para atuar em conjunto com a polícia.

O que eu gostaria de ouvir e de colocar é por que nós não temos condições de fazer isso ali no Chapéu/Mangureira, integrando todas as forças que aqui se encontram, fazer uma dominação efetiva para levar paz e tranqüilidade àquela população; e para evitar que aquilo que eu já havia anunciado num documento por mim feito, inclusive por mim publicado no meu *blog*, de que com os ataques constantes ao Comando Vermelho no Complexo do Alemão, sem bater na ADA, na comunidade da Rocinha, o que nós teríamos era uma tentativa de prevalência da ADA nas outras áreas do Comando Vermelho na Zona Sul. E foi exatamente o que começou a se suceder conforme se demonstrou nessa questão do Chapéu/Mangureira.

Então, sempre há que se bater nas 2 facções criminosas por igual.

Essas são algumas das considerações que eu gostaria de ouvir, se há dificuldade de se fazer isso; se não se poderia pensar em fazer isso; se nós não poderíamos integrar os esforços deste Parlamento no sentido de que a gente force uma situação, no sentido de que a gente mostre efetivamente que na cidade do Rio de Janeiro a gente pode pegar um laboratório como esse, que é a área do Chapéu/Mangureira e Babilônia, e dar uma demonstração de que o policiamento pode ser feito de forma efetiva, que aquela área pode estar controlada e que as pessoas que lá moram, principalmente na comunidade mais pobre e mais carente, estarão protegidas das incursões — porque, cada vez que entra um grupo e sai outro grupo, quem sofre é aquela população que mora naquela comunidade.

Uma outra pergunta que eu deixaria aqui, que eu acho que é fundamental, porque nós fizemos um grande combate, e foi uma determinação minha, aos caça-níqueis no Rio de Janeiro. Nós fizemos apreensões. E eu fiz, àquela época, ofícios à Polícia Federal. V.Sas. podem resgatá-los lá. O Dr. Mariano deve se lembrar disso. Eu fiz ofícios à Receita Federal pedindo suporte. Nós retiramos o



maior número possível de máquinas naquela época, e fomos enfrentando as liminares, criando um novo conceito, inclusive de crime contra a economia popular e, depois, de crime contra o direito do consumidor, para que a gente pudesse sair daquelas liminares que eram concedidas.

Nós sabemos que por trás desse jogo, que está lá presente, que também está dentro das áreas onde o tráfico impera, existe uma conivência, uma comunhão ou uma permissão para que isso ocorra — porque os traficantes não são exploradores de jogo. E aí fica uma pergunta, que é a grande dificuldade que nós temos sempre no Rio de Janeiro: se por trás daquele jogo organizado estão aqueles mesmos indivíduos que estão por trás da contravenção, por que a contravenção continua presente nas ruas do Rio de Janeiro, enquanto, na verdade, nós também deveríamos aproveitar a oportunidade e a tirarmos de circulação?

Eu acho que a Polícia Federal fez um bom trabalho. O Dr. Mariano fez um bom levantamento à época. E o Dr. Jacinto continuou esse trabalho de apoio à missão suporte, possibilitou a prisão de alguns desses contraventores que são donos de máquinas. E, ao mesmo tempo em que as máquinas são retiradas de circulação, indivíduos são presos por ações da polícia, sejam elas integradas ou isoladas, mas por ações da polícia. Por que nós iríamos permitir que esses indivíduos se locupletem desse dinheiro, que é o dinheiro do jogo do bicho que está em todas as esquinas do Rio de Janeiro?

Dessa forma, eu acho que ficam aí as minhas perguntas, para que V.Sas. possam esclarecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é composta, como eu disse, de policiais. Eu acho que o trabalho tem que ser feito sempre de forma pró-ativa, e quanto mais, melhor. E o que eu desejo a todas as administrações que venham é que todas elas sejam melhores do que a minha, porque, se forem melhores do que a minha, o Rio de Janeiro estará melhor guardado e melhor protegido.

Mas quero dizer o seguinte: nunca me omiti, nunca deixei de cumprir com a minha obrigação e meu dever; e refuto toda e qualquer afirmativa, seja ela do Governador do Estado, seja ela de S.Exa. o Secretário de Segurança Pública, do Chefe da Polícia Civil ou do Comando da Polícia Militar, de que acordos espúrios foram interrompidos, porque jamais fiz, no período da minha Administração ou



quando estive à frente da Administração, qualquer acordo espúrio com quem quer que seja. E acho que isso deve ter uma linguagem que não deve ser empregada, porque as pessoas que aqui estão têm a responsabilidade de saber que, em função do trabalho que eu exerci, jamais fiz ou compactuei com qualquer tipo de atividade criminosa. E espero que também V.Sas. possam permanecer nos cargos que ocupam, exercendo com a mesma hombridade e integridade que eu exerci o cargo de Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, porque, se pacto algum houvesse, os que hoje aqui se encontram na mesa teriam que ser parte desse pacto. E eu acho que pacto nunca existiu na minha administração à frente da Secretaria de Segurança Pública.

Então, eram essas as considerações que eu gostaria de fazer, e também parabenizar e agradecer a presença de todos que engrandecem o nosso Estado, engrandecem a polícia, demonstrando que, de forma transparente e clara, nós temos condições de discutir essa questão, inclusive no próprio Parlamento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Marina Maggessi) - Eu queria esclarecer aqui uma coisa que eu noto. Na época em que eu era Chefe de Inteligência, Chefe de Investigações da DRA, eu já ouvia essa história de que só se combate o Comando Vermelho não a ADA. E tem uma coisa: 80% das favelas do Rio de Janeiro estão sob domínio do Comando Vermelho. Ela é a facção maior, a mais perigosa, mais violenta, mais abusada. E eu me lembro de uma frase de Dom Helder Câmara, na época da ditadura, em que ele, sendo arcebispo, foi perguntado: por que o senhor bate tanto nos Estados Unidos e não bate na Rússia, que é comunista e proíbe a religião? Ele falou: se tenho 2 cachorros enormes, um que está amarrado lá atrás e outro que está mordendo meu pé, eu vou chutar quem primeiro? Então, eu acho que a questão do Comando Vermelho é mais ou menos essa.

Sobre a questão dos blindados, que V.Exa. falou, digo que fiquei impressionada outro dia porque não só os direitos humanos deram uma recuada, vamos dizer assim, mas também a academia, porque uma matéria do jornal *O Globo*, feita em cima de um trabalho feito pela CUFA — Central Única de Favelas, mostra uma pesquisa entre os moradores de favelas; e todos ficaram surpresos porque ela mostra que são a favor do “caveirão”. Eles entendem que o “caveirão” é



um instrumento de defesa. Vi o Celso Athayde, que é muito meu amigo, dizer: *“Realmente, hoje eu estou convencido de que o “caveirão” é um instrumento de defesa do policial.”* É um lance de paradigma muito importante.

Outra é sobre essa história de que essa polícia é melhor que a outra polícia, porque na verdade não tem outra polícia. Na época em que prendemos o Elias Maluco, o Governo era do PT e a Governadora era a Benedita. Cheguei a ver um discurso seu com o Dr. Zaqueu no dia em que terminamos também a camisa-preta, e o assunto era esse de que “essa polícia é melhor que a outra”, “a nossa polícia...” Ora, quem é essa nossa polícia? Ouvi um discurso do então Diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, se não me engano na posse do Coronel Romeu, em que disse uma coisa que achei espantosa. Ele disse: “A Polícia Federal é composta de 10% de corruptos e 80% de burocratas.” A Polícia Civil do Rio, também. Ele sabe: quem trabalha lá são sempre os mesmos; por isso os inspetores de polícia se conhecem tanto lá. Porque, na verdade, se você for olhar — o Dr. Gilberto estava na lá DRFA —, hoje está quem? O Dr. Ronaldo vem fazendo um trabalho espetacular na delegacia. O Dr. Carlos Oliveira foi quem descobriu o assassino do Dr. Alcides no dia seguinte. O Dr. Rodrigo Oliveira, Diretor do COE, e outros. A equipe é a mesma, são os mesmos delegados, são os mesmos operacionais, é aquele mesmo braço. A PM eu até acho que não, porque a PM tem uma hierarquia diferente. Com raras exceções, dos 10 mil policiais civis do Rio de Janeiro, acho que 2 mil, no máximo, trabalham com afinco e têm uma integração muito grande.

Queria deixar este meu depoimento aqui porque, quando encontro a minha polícia, são os mesmos. Tenho 18 anos de polícia, convivo com a maioria deles há 15, 18 anos.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Laerte Bessa, do Distrito Federal, ex-chefe de Polícia Civil.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Obrigado, Sra. Presidente. Queria cumprimentar a todos representantes da Segurança Pública do Rio de Janeiro, desejar-lhes as boas-vindas, agradecer-lhes pela presença.

Sra. Presidente, gostaria de fazer apenas uma pergunta, que vem um pouco ao que foi dito pelos nossos convidados, porque só se falou aqui em repressão. Não sou contra a repressão; acho que a repressão é o primeiro princípio da investigação



policial, do combate à violência. Mas entendo também que temos que olhar o outro lado da moeda.

Sei que fazendo operações, prisões, cumprindo mandados de prisão, de apreensão, vamos baixar a criminalidade. Mas isso não é tudo. Sabemos que podemos fazer um trabalho com a comunidade, com uma polícia comunitária. Sabemos também que o Governo tem que investir no social, porque, se não for um trabalho conjunto com o social, não existe segurança pública. Isso tudo é importante para que possamos recuperar a violência no Rio de Janeiro. E não é só no Rio de Janeiro; é em todo o País.

Mas queria perguntar ao nosso Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Dr. Beltrame, qual a forma com que o Governo do Rio de Janeiro, a curto prazo... Não, não vou dizer a curto prazo, mas a longo prazo. Como pretende o Governo reverter o quadro do Rio de Janeiro. Sei que V.Exa. está fazendo um bom trabalho lá, um trabalho de repressão. V.Exa. dá apoio aos policiais, dá apoio aos delegados, e isso é muito importante para repressão aos bandidos. Sempre tenho ouvido suas entrevistas, que são muito oportunas e importantes para a segurança pública, principalmente para o orgulho do policial que está na linha direta, na frente de batalha. Queria perguntar qual é hoje a medida a longo prazo que tem o Governo do Rio de Janeiro? Uma proposta para minimizar, retrain, reverter, a segurança pública do Rio de Janeiro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Marina Maggessi) - O próximo é o Deputado William Woo.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Sra. Presidente, Marina Maggessi, gostaria de cumprimentar o Secretário José Mariano Beltrame, do Rio de Janeiro; meu chefe, Gilberto Ribeiro, da Polícia Civil do Estado Rio de Janeiro; Valdinho Jacinto, da Polícia Federal do Rio de Janeiro; o Coronel Gilson Lopes, nosso Comandante da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Difícil falar em segurança de um Estado em que a gente não convive. Segurança: primeiro, quem conhece um pouco é quem convive no Estado; e, segundo, quem conhece mais é quem atua no Estado. Mas queria registrar a imagem que tenho hoje da segurança pública no Rio. Primeiramente, uma liderança muito forte do nosso Secretário, que coloca um apoio muito forte a todos os policiais



que estão agindo corretamente em serviço. Isso é importante para todos nós policiais, ou seja, termos esse respaldo quando estamos em ação, sob serviço. Sempre debato com a Marina que tipo de equipamento temos de usar para enfrentar uma guerrilha com fuzis. Já que no Estado de São Paulo não temos essa realidade, então não posso nem discutir; é uma realidade diferenciada.

Mas queria pedir ao nosso Secretário... Sei que não está tudo ao alcance do Secretário. Já fui assessor do Secretário Marcos Vinícius Petrelluzi, na gestão Mário Covas. Tentamos fazer muitas mudanças, mas tanto no meu Estado quanto no seu a questão salarial é dramática. Isso é triste porque começamos a mostrar resultados para a sociedade, diminuindo os crimes contra o patrimônio, contra a pessoa. Não estamos tirando o papel da Polícia Federal, mas são esses crimes que chocam a sociedade no dia-a-dia, que são os crimes contra a pessoa — função ostensiva da Polícia Militar e função investigativa da Polícia Civil, que não têm esse reconhecimento.

Em segundo, encerrando, quero pedir o apoio, desde que este é o meu primeiro mandato, para o que mais brigo, que é para conseguir novamente pôr como prioridade na LDO deste ano a identificação civil única neste País. A polícia não muda, como a Marina falou. Podemos ter comandantes que vão dar mais apoio ou então uma formação melhor, mas isso seria a longo prazo. Mas a informação é uma coisa prática e rápida. Não consigo entender ainda. Às vezes cria-se uma guerra pessoal: ninguém gosta de dividir informações. Mas, se souberem que todos vão ter as informações, num regime geral único de identificação seguro para o Brasil inteiro, essa seria a maior arma e o melhor equipamento para as investigações para o dia-a-dia, até para a polícia ostensiva. Porque ninguém pára uma pessoa com uma identidade de outro Estado que parece legítima e a leva para identificar; ou nem sabe como é a identidade original daquele Estado oriundo. Não sabe se a plastificação é boa ou não. E, por dificuldade até de contato, acaba liberando a pessoa, e, às vezes, essa pessoa que está cruzando o Estado do Rio de Janeiro está com uma identificação falsa. A minha luta maior como Parlamentar é que seja instituída a identificação única neste País.

Para encerrar, quero agradecer ao Gilberto Ribeiro pelo apoio que deu à Câmara dos Deputados e a todos os policiais civis do Brasil, já que pudemos,



juntamente com o Rio, comemorar o orgulho de ser policial civil nesses 200 anos da Polícia Civil. Queria agradecer muito ao Gilberto Ribeiro, ao Laerte Bessa e seu gabinete, ao meu gabinete, a Marina Maggessi a comemoração que elevou o nome da polícia do Rio de Janeiro em todo o Brasil. Obrigado a todos pela presença.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Marina Maggessi) - Senti falta na página da Polícia Civil dessa comemoração. Tinha a Medalha Tiradentes da ALERJ, mas não tinha a da gente. Tem que colocar, senão ficamos com ciúmes.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Chico Alencar, do pessoal do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Boa tarde a todos os colegas Deputados e autoridades de segurança pública. Em primeiro lugar, a minha alegria que vai junto com um lamento. A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da qual sou membro titular, reiteradamente insiste em dialogar com as autoridades de segurança do Rio de Janeiro. E até agora obteve, por meio da palavra principal, no que se refere às autoridades estaduais, o Governador, o silêncio, a omissão. Isso é muito grave, é desrespeitoso.

Quando da ação lá no Complexo do Alemão, fizemos uma série de indagações. O Governador, que aliás é Parlamentar — e que mais atuou como Parlamentar do que trabalhou na sua profissão de jornalista ao longo da vida —, parece que desconheceu esse atributo elementar do Parlamento, ou seja, obter respostas a uma indagação...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Bom, até hoje não houve resposta nenhuma.

Também convidamos as autoridades de segurança para uma audiência pública. Mas, lá, não sei se com medo da crítica, o que é próprio da democracia... Também todos que estão na Mesa, ou pelo menos as autoridades estaduais, foram representadas pelo novo Diretor do Instituto de Segurança Pública, que não podia trazer muitas das respostas. Então, quero fazer, com toda a franqueza e serenidade, esta crítica: nós, Parlamento, em especial a Comissão de Direitos Humanos, temos sido muito maltratados pelas autoridades de segurança do Estado do Rio de Janeiro,





no atual Governo, o que choca inclusive com a tradição parlamentar do próprio Governador.

Mas, aqui estão, felizmente — e parabênizo a Comissão por esta audiência pública. O entendimento, creio, é comum. Vamos chegar às concordâncias de que segurança pública atualmente no Brasil é algo grave o suficiente para ser apenas caso de polícia. E Polícia, para quem quer superar a visão tacanha, meramente repressiva, não é só para combate: é inteligência, informação, com toda essa tautologia aí que não vou repetir.

Por isso, eu vou fazer perguntas bem objetivas, mais até como morador do Rio de Janeiro. Ao longo da minha vida, sempre estive próximo de áreas onde há varejo de drogas. E o armamentismo crescente dos que controlam esse varejo é muito presente. Vejo isso desde minha infância, quando isso era mais ameno e suave. Dava para ir à Quadra Calça Larga, do Morro do Salgueiro, para ver os ensaios da minha escola, antigamente. Ela não era dominada pela contravenção, naquela época. Mas, hoje em dia, a gente vê uma situação muito mais grave.

Em primeiro lugar, eu não consigo entender qual é a ação efetiva e quais os resultados da política de combate ao tráfico de armas. Quer dizer, como e qual o papel da Polícia Federal nisso? Por que esse comércio e transferência de armas, cada vez mais sofisticadas e pesadas, para quem lida com drogas ilícitas, tem acontecido de maneira crescente? Que resultados esse combate, esse desarmamento tem trazido? Eu não o percebo, sinceramente.

Quais os resultados também em relação à burguesia traficante de drogas e armas? Se eu tiver uma informação errada, é claro que devo ser corrigido aqui, sofrer um repto. Mas eu entendo que, nas áreas pobres, esses chamados soldados do tráfico, o poder paralelo, em primeiro lugar estão muito desorganizados; segundo, muito frágeis. Porque não é ali que está o foco do problema. Ali mistura-se condição social com o comércio, que chamamos de varejão. Mas onde estão os barões da droga? Eles são presos? Onde se homiziam, se escondem, em que franjas trabalham essas pessoas? Sabemos que eles têm interferência, e, se bobear, até representação nos Parlamentos, inclusive aqui, agora, de forma muito sutil e sofisticada. Eu não vejo grandes golpes nesse setor da nossa elite, que, aliás, é um negócio transnacional; o comércio de drogas e armas é transnacional.



Eu obtive a informação de que nos últimos 5 anos o consumo da cocaína no Brasil cresceu 30%. Claro que isso movimenta muitos recursos. Mas eu custo a acreditar que seja mesmo o feroz Elias Maluco o grande gestor. Esses meninos do narcotráfico não sabem localizar no mapa nem onde fica a Colômbia. Então, um negócio desse porte não se sustenta, a não ser que tenhamos uma polícia organizada só na base da arraia miúda, dos pés-de-chinelo, com toda a sua crueldade e todo o seu inegável despotismo na comunidade onde atua.

Outra indagação. Sempre que há uma incursão, e isto não é alvissareiro, temos a polícia que mais mata e a que mais morre; isto não é padrão de honra para ninguém nem sinal de eficácia. Então fica a seguinte indagação: depois da ação substantiva, invariavelmente o mesmo negócio tem baixas, mas a reposição é rápida e o varejo das drogas e das armas continua. Eu vi isso, com os meus próprios olhos, no Complexo do Alemão com a Força Nacional lá. Cinco dias depois daquele cerco, daquela asfixia longa e de uma incursão mais efetiva, segundo depoimentos, havia alguns meninos — não darei um quantitativo aterrorizante — que, em fuga, desarmados, foram executados, com tiro na nuca, por trás. Existe inclusive um relatório da Secretaria Nacional de Direitos Humanos que atesta isso.

Não quero nem entrar nessa questão porque já falamos tanto disso, mas parece que esse tipo de assunto não sensibiliza muito. Como esse tipo de ação tem aplauso da população, matar bandido... “Bandido bom é bandido morto”. Aliás, se crime de corrupção é banditismo, o ex-Deputado que cunhou esse epíteto deve estar preocupado porque o filho dele está com denúncias sérias de corrupção na Assembléia Legislativa. Suponho que ele não queira que o filho seja morto.

Muito bem. As ações parecem muito com “enxugar gelo”. Falo isso com toda sinceridade. No Alemão, vi meninos do tráfico fazerem uma exibição para um grupo, inclusive de Parlamentares, no sábado seguinte àquela ação em que morreram vários, culminando naquele longo processo de asfixia. É impressionante que quase tudo estava intacto lá. Por que isso? Será que estamos condenados a esse trabalho de Sísifo? Chega-se lá em cima e a pedra está lá em baixo de novo?

Outra pergunta bem específica. Há um projeto que não é perfeito, mas que me entusiasma. É um caminho para a solução. Vejo em Niterói, por exemplo, uma experiência exitosa do GPAE, como Pavão/Pavãozinho, numa certa época. Qual é a



dificuldade para expandir as experiências que são de presença policial, mas também de forte presença social continuada dos grupos de policiamento em áreas especiais?

Por fim, vejo o Exército no Morro da Providência. Que critérios há para essa presença ali? Eles estão trabalhando. Será que há um projeto especial, específico, abençoado por Deus? Sabemos que isso será muito usado politicamente como projeto piloto. Mas não queremos projeto piloto para conseguir voto em eleição. Isso é um acinte para com a população que sofre tanto. Aliás, a população pobre é a que mais sofre.

Fico muito indignado quando leio nos jornais: *“População do Leme não consegue dormir por causa de tiroteio no Chapéu Mangueira”*. Quer dizer, não existe cidadania para os moradores do Chapéu/Mangueira? Esses conseguem dormir? Eu sei que o Secretário Beltrame tem o mesmo entendimento e que há muita exploração disso. Dar tiro em Copacabana não é a mesma coisa que dar tiro em Vigário Geral. Entendo que, pela sua história inclusive, não há nenhum preconceito nisso. No entanto, existem esses questionamentos efetivos da política.

E a corrupção, que é forte na Polícia Civil e na Polícia Militar? Isso é visível, sabemos disso. Não existe corporativismo para isso, até porque ela é forte no Parlamento também. Em relação ao combate efetivo, será que a banda podre diminuiu, está contida? Desculpe-me a pletórica de questões, mas é que os senhores estavam em débito conosco.

Obrigado pela paciência.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Marina Maggessi) - Só quero fazer aqui um registro. Quanto àquele muro, na Providência, a polícia sempre foi contra aquilo. Eu, como policial, sei que aquilo ali é uma temeridade. Aquele muro que a bala não passa vai virar *front* para bandido na hora de trocar tiros com a polícia. Aquilo é uma aberração; metade dos moradores da outra parte é contra aquela obra.

Passo a palavra ao Deputado Hugo Leal.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Obrigado, Sra. Presidenta, Deputada Marina Maggessi. Como V.Exa sabe, estávamos na Presidência da CPI das Escutas Telefônicas. Ouvimos hoje um depoimento importantíssimo do Dr. Paulo Rogério Marinho. Tive que assumir a Presidência enquanto o autor do requerimento estava



fazendo as suas indagações. Por isso, infelizmente, não pude ouvir toda a apresentação aqui dos presentes, dos nossos convidados.

Cumprimento a todos — Coronel Gilson Lopes, Dr. Jacinto Caetano, Dr. José Mariano Beltrame, Dr. Gilberto Ribeiro — pelo desafio de desempenharem funções frente à Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Ouvi atentamente, pelo menos, as últimas 2 manifestações, em especial a do meu colega Deputado Chico Alencar. Só faço um adendo ao que disse o Deputado Chico Alencar sobre o fato de o tiroteio incomodar os moradores do Leme. Ao que me cabe, Chapéu, Mangueira e Babilônia são localidades do Leme. Só que as pessoas que lá habitam são moradores também, isto é, não deixam de ser moradores do Bairro do Leme. Então não há uma separação. Provavelmente, elas se incomodam até mais até por causa da proximidade. Quando falamos nessa relação, temos que sempre nos preocupar, porque existe tanto um lado quanto o outro. O Rio de Janeiro, infelizmente, tem essa característica que vem de anos e anos. Se fizermos um histórico aqui... mas nem me atrevo a fazer um histórico porque V.Sa. é professor de História. V.Sa. sabe muito bem o que adveio da transformação dessas comunidades no que elas são hoje.

Gostaria de fazer uma pergunta extremamente básica e importante, até porque o que originou esta audiência pública, além de todas as avaliações e as aflições de quem mora no Estado do Rio de Janeiro, em especial na cidade do Rio de Janeiro, foi a matéria intitulada *“Retrato trágico do Brasil das armas”*. Temos discutido na Comissão de Segurança Pública, da qual também faço parte, a questão do armamento. O Deputado Chico Alencar chegou a tangenciar esse assunto, e gostaria de me aprofundar um pouco mais nele.

Nessas apreensões, pelas informações que nos passaram, cerca de 1.300 armas foram pegas. E, nessa fiscalização das armas, qual quantitativo é desviado das forças públicas, sejam elas Forças Armadas, Polícia Civil ou Militar? Há como detectar nessas apreensões o que é material de força pública? Dá para detectar, nessa questão das armas, quais são as armas que entraram legalmente no País? Isso pode acontecer. Não digo as de uso exclusivo das Forças Armadas, que são os fuzis, mas sobre as armas que podem ter entrado legalmente no País e que podem



estar legalmente na mão desses traficantes. Como é feita essa trajetória da entrada legal da arma? E qual o percurso que ela faz até cair na marginalidade?

Gostaria de ter esse perfil específico das armas. Infelizmente, droga não tem certificado, mas arma tem certificado, numeração, série. Há, portanto, como fazer controle dessas armas, mesmo que elas sejam originárias até de outros países. Existe de qualquer forma uma entrada, às vezes legal, e só depois é que se vai para o campo da ilegalidade. Há, às vezes, uma ação da bandidagem com relação a operações junto a paióis da Polícia Militar ou das Forças Armadas. Qual é o quantitativo de armas apreendidas com os traficantes, bandidos, pelas forças policiais institucionais, inclusive as Forças Armadas? Qual quantitativo entrou legalmente no País e hoje está na ilegalidade? E que tipo de mecanismos ou ações, já que estamos vivendo na era da tecnologia, poderia ser feito para a localização dessas armas? Refiro-me a tecnologias tanto de superfície quanto de verificação de detecção de armas de calibre mais pesado, e até mesmo à instalação de procedimentos de rastreamento desse tipo de armas. Isso é possível? Já foi pensado? já foi analisado? Especificamente, no caso das armas, quais são os desdobramentos objetivos na questão do patrulhamento e da fiscalização?

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Marina Maggessi) - Passo a palavra, agora, ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Sr. José Mariano Beltrame.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Começarei agora pelos questionamentos do Dr. Marcelo Itagiba.

Queria dizer-lhe, Deputado, que, da minha parte e dos meus companheiros, somos muito favoráveis à constituição de um grupo. E mais: desde o início, temos procurado, em especial o Exército Brasileiro, essa ajuda, mas não temos tido nenhum tipo de apoio, sempre devido às alegações constitucionais em relação às quais nós, de certa forma por sermos operadores do direito, entendemos.

Mas nós fizemos uma solicitação, antes do Pan-Americano, inclusive de empréstimo de equipamentos, uma listagem, mas nada nos foi absolutamente passado, sob pena de não terem, de não ser possível etc. Nós respeitamos, mas saímos com uma solução doméstica para isso.



**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Para ilustração de V.Sa., mostro ali uma imagem feita pelo jornal *O Dia*, no Chapéu/Mangueira, na qual podemos ver um típico fuzil privativo das Forças Armadas. Parece-me até que é um fuzil FAL, normalmente privativo das Forças Armadas. Daí aquela idéia que esposamos de que o Exército tem uma atribuição e uma competência, em função do tipo de armamento.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Outra medida que tentamos, em todas as unidades militares do Rio de Janeiro, seja na Marinha, no Exército ou na Aeronáutica — eles sempre têm aquilo que denominam de área do Exército —, e que chegamos a solicitar é que aumentassem ou expandissem aquilo de 2 a 3 quadras, inclusive o Primeiro Distrito Naval do Rio de Janeiro, localizado no Centro. Se eles expandissem aquelas áreas, já conseguiríamos recrutar policiais para colocar na ostensividade. Infelizmente, aceitamos as alegações. Mas era só para lhe dar esta ênfase.

Com relação a esse ponto do Chapéu/Mangueira, a informação que me chegou extra-oficialmente — inclusive não sei se já está confirmada — é de que a última invasão que se deu lá foi na área militar, onde os arames estão cortados, embora a placa ao lado diga “Área Militar”. Mas quero dizer que não vejo absolutamente problema algum; acho que poderia ser uma tentativa. Não vejo de maneira nenhuma essa questão.

A outra questão da ADA, a que a Deputada Marina de uma certa forma respondeu, é que o Comando Vermelho é, sem dúvida, uma facção que domina. Se existem 100 investigações, entendo que seja natural que 60 a 70 sejam do Comando Vermelho. Só para uma ilustração — desculpem-me a expressão que usarei aqui, mas o apelido do cidadão é “Cagado”, que está lá na Babilônia —, ele infelizmente transita nas 2 facções. Neste momento, ele está lá junto com a ADA e com o Chapéu Vermelho, que é do Comando Vermelho. Então, ele tem essa facilidade. Com relação à ADA, aquelas últimas 5,5 toneladas que a Polícia Civil apreendeu eram dessa facção.

Quanto à sua proposta inicial, acho que seria uma união de esforços com relação à obtenção de melhores dias para todos nós. Não vejo problema nenhum com relação a isso.



Depois houve ainda a pergunta do nosso Deputado com relação à prevenção, e sobre o que estaríamos fazendo.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Não seria prevenção, mas um projeto a longo prazo para reverter a situação no Rio de Janeiro. E só para esclarecer-lhe: a polícia de Brasília — eu não vou falar que a polícia de Brasília é a melhor do Brasil, apesar de este ser um comentário que se faz muito aqui; creio que a Polícia Civil é igual a todas as Polícias — tem uma estrutura: salário, corregedoria com autonomia para expulsar bandidos de seus quadros, e boa capacitação, principalmente na área de inteligência, com uma academia reforçada. Foi dessa maneira que conseguimos reverter o quadro da Polícia Civil do Distrito Federal. Hoje falo com consciência que corrupção no Distrito Federal é exceção à regra, enquanto nos outros Estados não é assim que acontece.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Com relação aos aspectos preventivos da ação da Polícia, todos os batalhões do Rio de Janeiro — e creio que isso se estende a partir de outras épocas — procuram trazer a comunidade para participar de qualquer tipo de interação, seja na área de esporte, de equinoterapia, de creche. Mas entendo que não vamos acabar com a violência como um todo, porque ela existe em todos os lugares do mundo. Estamos fazendo um esforço para que ela não se alastre, e só poderemos ser vitoriosos nesse esforço se houver políticas públicas com a participação de todas as secretarias, como a Secretaria de Habitação e a Secretaria de Infra-Estrutura, para que sejam implantadas ruas, pontos de ônibus, passeios públicos, escolas etc.

Para que os senhores tenham uma idéia, há no Complexo do Alemão cerca de 120 a 130 mil habitantes e apenas 3 escolas. Sei que quando morre um ente querido, as pessoas têm que colocar o corpo em um carrinho de supermercado para levá-lo à rua e o rabeção recolher, porque não é possível entrar no local. Se Estado, União e Município não tomarem medidas públicas de mãos dadas será ainda mais complicado reverter esse quadro, não tenham dúvida. O que vai reduzir a violência são as ações da Polícia, inclusive as preventivas como o PROERD e outros programas que combatem o consumo de drogas. De outro modo, a dignidade da população nessas áreas vai diminuir definitivamente.



Além de fazer a nossa parte — e é o que estamos fazendo —, entendo que políticas públicas como um todo devem invadir essas áreas. O que se está acenando? Não posso dizer que isso vai solucionar tudo e que será uma maravilha, mas temos o PAC e o PRONASE, que reputo como um caminho. Serão abertas ruas, e a patrulha da polícia poderá entrar e sair. Hoje o caminhão de um grande magazine não entra em certos lugares, e agora poderá se deslocar na área. Esperamos que haja linhas de ônibus e que as pessoas consigam transitar, que haja escola, saúde, educação, enfim, os princípios básicos constitucionais que garantem a dignidade ao cidadão sejam atendidos.

Quanto aos batalhões, dentro do aspecto preventivo de segurança, estamos procurando cada vez mais interagir com a comunidade, trazendo o menor à aula de judô, oferecendo educação física para a terceira idade. Isso é muito pouco, mas é o braço que temos. O PROERD previne o uso de drogas por menores e é um programa fantástico, mas ele sozinho não vai conseguir fazer funcionar. Pensando de maneira ampla, como o senhor, entendo que precisamos da participação do Estado e de políticas públicas nessa luta. Aí, sim, vamos conseguir melhores dias.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Com certeza, Secretário. Acredito que a Polícia tem desempenhado seu trabalho. A Segurança Pública está desempenhando seu papel, e não há como fazer mais. Mas o aspecto social não chegou ao cidadão, e agora está chegando o PAC. Estive no Rio de Janeiro recentemente e vi que o PAC já chegou lá, e que o PRONASE também está chegando.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Com 90 projetos sociais.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Isso é importante pois vai ajudar bastante. Mas entendemos que somente isso não resolve o problema. E ainda se não houver uma política dentro da Segurança Pública que ofereça salário ao policial, para que possamos acabar com a corrupção dentro da polícia, ou diminuí-la. Sem social, sem PRONASE, sem PAC, mas se houver investimento em segurança pública, nas Polícias Civil e Militar, certamente isso vai ajudar.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Ou seja, dar dignidade não só ao cidadão mas também ao policial.





**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - O policial tem que ter salário digno para acabarmos com a corrupção. Falo isso com conhecimento de causa, Secretário. Tenho certeza disso. O ponto por onde está vazando toda a criminalidade, principalmente no Rio de Janeiro, é o salário do policial. A corrupção lá é incrível, a corrupção lá é indomável.

Deputado Gilberto, desculpe-me eu dizer isso, mas conheço muito bem a polícia do Rio de Janeiro e a polícia de São Paulo. Tenho 22 anos de polícia. Realmente, posso falar isso com conhecimento de causa, porque fiz vários cursos no Rio de Janeiro. Já subi o morro com a Divisão Anti-Seqüestro. Passei 2 meses fazendo curso, participei do trabalho diário do policial e trabalhei em São Paulo durante muito tempo.

Acho que temos de direcionar a política. Vamos esquecer o social. Sei que sem o social não se vai resolver nada, mas atacando com a segurança pública, Polícia Civil e Polícia Militar, vamos minimizar a situação, acabar com a corrupção, porque, se receberem salário bom, os bons policiais vão rebater, vão...

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Só para conhecimento...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Marina Maggesi) - Sr. Secretário, só um minuto, porque vou devolver a Presidência.

Deputado Laerte, V.Exa. disse — e eu gostaria que todos soubessem —, que o salário inicial de um agente da Polícia Civil em Brasília é 8 mil reais. No Rio de Janeiro é 1 mil e 500 reais.

Quanto à questão da prevenção, há temos aqui 2 pré-candidatos do Rio de Janeiro. Converso muito sobre isso com o pré-candidato que fará coligação com meu partido. A prefeitura tem papel primordial na prevenção, mas não o cumpre. Sabem o que ela faz? Equipa a Guarda Municipal. Não é isso. É preciso estudo.

Um exemplo carioca: a esquina da Rainha Guilhermina com a Visconde de Albuquerque, no Leblon, é onde há o maior índice de roubo de carros, porque, além de as amendoeiras taparem completamente as lâmpadas, há um sinal demorado — o fluxo da Visconde de Albuquerque é muito grande —, e há um orelhão duplo. O que aquele orelhão está fazendo ali? É só passá-lo para a esquina da Dias Ferreira com a Rainha Guilhermina, onde há os restaurantes, o supermercado Zona Sul. Isso



é questão de prevenção. Com o orelhão ali, o camarada finge que está telefonando. Se parar um carro, eles são covardes, principalmente se é uma mulher sozinha...

O mapeamento disso é questão da prefeitura que mudaria tudo. Muda bastante a prevenção. Espanta o bandido dali, porque não haverá facilidade para ele. E eles buscam facilidade.

Retorno a Presidência a meu nobre colega Raul Jungmann, do meu partido, também candidato a Prefeito.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - V.Exa. também é, Deputada Marina?

**A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI** - Eu não!

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - V.Exa. disse "também". (*Riso.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Com a palavra o Sr. Secretário.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Enquanto nossa luta por melhores salários é permanente, tentamos muita coisa indireta para o policial, a fim de dar dignidade a ele, como na questão da frota. Pelo menos, acredito, ele se sente mais valorizado, na medida em que tem um carro novo e a garantia de que o carro sempre estará novo. Para mim, o grande mote da terceirização da frota não é o carro novo, mas a garantia de que ele será repostado. Se ele bater o carro agora, às 17h, quando entrar o plantão das 19h, a empresa terá de fazer isso.

Outra questão é a construção de uma policlínica para os policiais militares na Zona Norte do Rio de Janeiro e de outra em São Gonçalo. O Hospital da Polícia Militar atende a 158 mil pessoas, incluindo os dependentes. Não há mais condições de atender a todos.

Há agora o RioCard, um cartãozinho de ônibus. Tínhamos um problema sério: nenhum policial queria ir mais para o Batalhão do Leblon, na Zona Sul, porque tinha de pegar 2, 3 ônibus. E conseguimos expandir.

São medidas indiretas, é muito pouco, mas a questão salarial, sem dúvida, é focal. Salário não compra dignidade, mas é, sem dúvida, o calcanhar-de-aquiles da manutenção de um policial, para ele fazer o seu trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado.

O próximo inscrito é o ilustre...



**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Sr. Presidente, tenho ainda as perguntas para responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Ah! Perdoe-me.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Para V.Exas. terem idéia, Deputado Laerte Bessa e Sr. Secretário, tivemos oportunidade, em nossa gestão, de conceder um aumento de 17%, em 5 vezes, a todos os policiais civis e militares, ativos e inativos. Isso ficou aquém do desejo dos próprios policiais, mas era o possível.

Essa política tem de ser permanente, mas os cofres do Estado precisam ter disponibilidade de recursos para isso, para poder atingir patamar que, efetivamente, garanta a dignidade do policial.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Deputado Marcelo Itagiba, essa de que o Estado não tem condições de pagar salário digno para o policial é conversa fiada de governador! O Governador do Rio de Janeiro é um dos que ficam blefando, falando de segurança, falando de segurança e não se preocupa com o policial. Ele fala o tempo todo em confronto com a polícia. Tudo bem! Ele dá apoio à polícia. Ele fala de confronto, fala de operação, que a polícia tem de fazer isso e aquilo, mas ele não fala que tem de dar dignidade ao policial concedendo salário, a fim de que ele, pelo menos, possa tratar da família sem precisar receber propina de vagabundo.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Outro Deputado fez uma pergunta, mas ele não está aqui, relacionada à questão do Sistema Único de Identificação. Sem dúvida, também acho que o Brasil precisa tê-lo, porque estamos sujeitos a que Osama Bin Laden passe hoje pela fronteira brasileira e não tenhamos como checar se, efetivamente, ele está sendo procurado ou não. Em determinados rincões deste País, infelizmente, caímos nesse problema. Não tenham dúvida.

Precisamos quebrar o paradigma de quem tem a boa informação não repassá-la. Essa informação tem de transitar, a polícia, as instituições são constituídas de homens, e essas pessoas têm de procurar agir com profissionalismo, porque informação parada não rende nada. Ela tem de transitar, para que tenhamos efetividade.

Acho que foi o Deputado Chico Alencar quem fez alguns questionamentos. Deputado, V.Exa. me desculpe, porque fui convidado para vir aqui, mas,



efetivamente, não pude vir. Lá no Rio de Janeiro, quando procurado, sempre recebo na Secretaria. Se tiver de vir aqui novamente, eu venho. Não há problema. Assim como não pude vir na primeira, posso vir numa outra reunião. Não há problema nenhum. Estamos lá para, efetivamente, dar satisfação às entidades, a fim de que elas possam desenvolver seu papel no processo democrático, que alguns acham certo e outros errado. Então, não vejo problema nisso.

Com relação ao tráfico de armas, Deputado, acho que 3 aspectos têm de ser notados: primeiro, o Rio de Janeiro — e isso não é mérito meu, Deputado Marcelo Itagiba — apreende em torno de 14 mil, 15 mil, 16 mil armas por ano. São dados jamais remotos.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Na nossa época, a média era de 14 mil, 15 mil, 16 mil armas.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Chegamos por aí. Deputado, isso é muita arma!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Só um instante, Sr. Secretário.

Peço aos nobres Deputados que aguardem um pouquinho a segunda rodada, porque ainda há 3 inscritos.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - São muitas armas. É lógico que o mercado criminoso no Rio de Janeiro — se é que posso usar essa expressão — não repõe 15 mil armas por ano. Absolutamente. Há 4, 5 anos se apreendiam garrucha, revólver 22, espingarda de chumbo. Hoje, essas armas já saíram. O que se está vendo muito são armas mais pesadas, com maior capacidade de letalidade. O próprio criminoso migra, começa a usar fuzil, do 5,56 passa para o 7,62.

Então, esse legado de armas antigas, que tínhamos antes da lei do controle porque muitos de nossos antepassados tinham armas em casa, a polícia vai tirando de circulação aos poucos. Mas identificamos, no Rio de Janeiro, que armas, por exemplo, que serão usadas para uma atuação criminosa na Ilha do Governador são terceirizadas por marginais que estão em São Gonçalo. Essas armas vão para lá, são usadas para fazer aquele ato criminoso e voltam para algum lugar. O próprio cidadão criminoso hoje não tem mais essas armas sob seu controle, porque ele está sujeito a perder para a polícia ou para outra facção. Existe muito isso: *“Ah! no lugar*



'x' tem 100 fuzis". Na verdade, ele consegue 100 fuzis. Ele pode ter, hipoteticamente, 20 ou 30. Mas se tiver que reunir, ele consegue mais. Então, existe hoje no Rio de Janeiro a questão da terceirização.

A última questão, que, acho, seria a mais eficaz, mas reputo como a mais difícil, é, sem dúvida, controlar o contrabando de armas. Temos uma fronteira de 16 mil quilômetros e um litoral de 7 mil quilômetros. Acho que isso é muito difícil. Teria de se ver alguma possibilidade de represar isso.

Não me lembro de ter visto no Rio de Janeiro — corrijam-me — um carregamento de armas novas. Não se vê arma nova no Rio de Janeiro, um carregamento, uma caixa com 5, 10 fuzis, 1 caixa de pistolas. Muitas vezes, como disse aqui o Delegado Valdinho, consegue-se, pelos convênios com a Polícia Federal, pegar isso do lado do Paraguai. Mas aqui não temos.

Então, se observarmos, esse contrabando de armas não existe. Não vou dizer que não haja, mas não é aparente. Nas apreensões dessas 15, 16 armas não se pega um fuzil Colt novo. São armas que transitam dentro do Rio de Janeiro.

Eu, particularmente, preferiria trabalhar só em cima da munição, porque um fuzil, um revólver ou outra arma sem munição não serve para nada. Ainda acho, com relação à questão da fronteira — não estou aqui colocando culpa em outras pessoas, absolutamente —, que é dever nosso encontrar uma solução para isso, porque 80% da nossa munição é paraguaia. É brasileira que vai para lá e volta.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Na Federação, os Estados têm suas fronteiras próprias. O controle é falho...

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Têm suas fronteiras. Não tenha dúvida.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - ...em portos, aeroportos, nos trapiches no fundo da Baía de Guanabara...

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Na Baía de Guanabara também. Corrijam-me aqui: trabalhei 5 anos em inteligência no Rio de Janeiro, e nós não detectamos contrabando via mar na Baía de Guanabara, mas em rodovias.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - O senhor afirmaria, então, ao contrário das aparências, que o poder de fogo da criminalidade no Rio, dado esse



quantitativo de apreensão de armas, em torno de 14 mil a 15 mil ao ano, está diminuindo sensivelmente?

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Eu diria que está.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Eu diria o contrário, pelo que ouço e vejo.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Não. Aí é que está. O tipo de arma está diminuindo. Mas isso é gradativo. Temos gráficos que mostram que ano a ano se apreendem mais fuzis. Por quê? Porque, na medida em que eu tiro do tráfico uma pistola, um revólver 22, o criminoso não vai atrás de outro revólver 22. Ele vai atrás de uma arma que o mercado criminoso dele exige. Hoje, por exemplo — isso é uma questão histórica —, há recordes lá de apreensão de artefatos explosivos, granadas. Mas não é porque políticas anteriores foram melhores ou piores. É porque se acomodou. Vai-se perdendo a arma, as pessoas vão fazendo granadas, vão fazendo bombas. Pegamos bombas no Pavão-Pavãozinho que iam ser detonadas por controle remoto. Isso não existia há alguns anos.

Então, acho que o armamento no Rio de Janeiro é desviado das Forças Armadas — entendam forças policiais, federais ou não — e é um legado que transita no Rio de Janeiro. Vai da Mangueira para o Pavãozinho, para outros lugares, dentro da sua própria facção, e vem também. Apreendemos, na Polícia Federal, 200, 300 quilos de maconha e, no meio, havia um fuzil argentino usado, com numeração raspada, desviado das Forças Armadas.

Pelo meu trânsito, entendo que esse negócio de contrabando de armas não é bem assim. O AK-47 é uma arma que entra, mas é arma que já tem tempo de uso razoável.

Então, a questão das fronteiras, sejam da Federação, sejam internacionais, poderia ser a melhor maneira de se represar, porque depois que elas caem na Av. Brasil, fica ruim para todos nós.

Acho que temos de centrar atenção nesses 3 aspectos.

Na minha concepção, os barões da droga são raríssimos. O último grande barão da droga que vimos aqui foi o daquele trabalho, do qual participamos, da Polícia Federal com a cocaína no bucho bovino. Se recuperarmos os dados para vermos onde existe o barão da droga, veremos que, no Rio de Janeiro, também não



dá para dizer que não há. Mas é muito pouco. O que existem são pequenos consórcios de facções criminosas que juntam dinheiro, pegam grandes quantidades de droga para pulverizar nos pontos de venda de droga da sua facção. E lhe digo mais: tomara Deus que essas pessoas nunca se cartelizem, nunca sentem à mesa para discutir as 3 facções juntas, como hoje acontece na Cidade do México, porque, aí sim, o nosso problema vai ficar muito complicado.

Nos 5 anos em que trabalhei aqui, pegamos uma grande carga de cocaína que ia para o exterior. Esse eu poderia dizer ao senhor que é um barão da droga. Esse sim foi um trabalho. A Polícia Civil trabalha. O que estou dizendo-lhe é realidade. Nós temos 3, 4 traficantes do Comando Vermelho que se reúnem, fazem um consórcio financeiro, trocam carro. A sorte é que eles são desorganizados e afoitos por dinheiro e por fonte de venda de droga, e a Polícia, vigilante, consegue fazer um trabalho. Quanto aos barões da droga, no serviço de investigação no Rio de Janeiro, eu lhe diria que conheço um caso.

Quanto à incursão nos morros depois da ação, a questão é que tudo volta ao normal.

O senhor falou da expressão “enxugar gelo”. Eu não lhe tiro a razão nesse aspecto. Isso foi feito e vem sendo feito. A inteligência do Coronel Gilberto identificou um paiol com 500 cartuchos de ponto 50. Como foi identificado lá, ela vai lá. Ela vai e entra, sob pena de eu não dormir e estar cometendo um crime de prevaricação. Ela vai lá. *“Ah, mas é complexo, é isso.”*

Subimos uma ponte, Deputado. E, numa ponte, não há desvio nem atalho. Ou saímos do outro lado, ou não subimos nela. E nós temos que fazer isso. Como pai de 2 filhos, sei da dor de uma mãe, porque perdi uma irmã numa situação complicada. Eu sei o que é isso. Mas não podemos diminuir, sob pena de nós estarmos, hoje, “enxugando gelo” e amanhã termos um *iceberg* com metralhadoras ponto 30 na Vieira Souto, na Av. Brasil, conforme recado que nos foi dado há um ano e meio. Eu sei da complexidade desse problema, mas ele tem que ser enfrentado, Deputado.

Nossa inteligência, hoje, no Rio de Janeiro, eu diria, tem excelência tecnológica. Mas as pessoas dizem: *“Por que não vão lá, como a Polícia Federal faz?”*



Como policial federal que participou de operações, como os nossos colegas aqui também, posso dizer que nosso diferencial não é a inteligência produzida, mas a execução da operação. Eu não posso ir lá no Chuveirinho, no meio da grota, e com braço mecânico pinçar um barraco de lá com 15 mil cartuchos e tirar para fora. No entanto, pegar um grande banqueiro em Brasília é mole. Se eu tenho o mandado, vou sozinho. Bato a sua porta, ele vem e se apresenta. Não posso fazer isso no Rio de Janeiro, Deputado. Essas pessoas fazem cinturões de segurança com os soldados do tráfico, expõem as pessoas, expõem a comunidade. E nós, diuturnamente, a cada operação, reunimo-nos, fazemos o *feedback* de cada uma no sentido de tornar a operação menos traumática. Mas entendemos que o mais traumático é deixar... O senhor já pensou o que são 4 metralhadoras ponto 30 no morro Dona Marta, no centro do Rio de Janeiro?

Então, sei que é uma situação histórica que se criou, a qual caiu no meu colo, no colo do Deputado. Mas ela tem que ser enfrentada.

Não temos efetivo para descer de lá com o material apreendido e “plantar” policiais. Digo que polícia nenhuma do mundo tem condições de fazer operações nessas comunidades e “plantar” policiamento. Não temos condições de fazer isso. Pelo fato de não termos condições de manter policiamento lá dentro, não podemos ficar esperando que essas pessoas....

A questão é “enxugar gelo”? Pode até ser, mas sob pena de nós ficarmos numa situação insustentável. O que temos que fazer é forçar o Estado a tomar outras medidas, ou seja, a promover geração de emprego e renda, para que haja expectativas para o jovem. Porque o soldado do tráfico, hoje, é soldado do tráfico porque não tem nada que o seduza. Ele tem um colégio lá que não serve. O exemplo dele é um cara malhadão, com um correntão, que tem o carro que quer, porque rouba o carro que quer; tem a menina que quer, dentro do morro, porque paga para o pai ou põe o fuzil para ter essa menina. Esse é o exemplo do jovem. Essa é a pessoa que temos de salvar. Mas não vai ser a Polícia, o Secretário Mariano, que resolverão isso.

Há que se pensar grande em segurança pública; há que se resolver esse problema com uma visão estatal. Eu preciso seduzir o jovem para uma escola, dando-lhe uma possibilidade. O que não posso é apresentá-lo ao tráfico. Tenho





depoimentos de jovens com 16 anos que ganham 20 reais, por dia, para ficar com um radinho em cima de uma laje. No fim da semana, esse menor ganha mais do que o seu pai e a sua mãe. Os seus pais são desautorizados por ele, porque é ele quem põe dinheiro dentro de casa — “o senhor não tem que me mandar ir para a aula”.

Essas ações são, sem dúvida alguma, conseqüência de um grande problema. Mas entendo, Deputado, a minha equipe também, que esse problema tem de ser enfrentado.

Recentemente, compramos 8 blindados, dentre eles 1 helicóptero. Mas agora já chegou lá a ponto 50. Não compro um equipamento blindado porque é bonito, mas porque o meu policial está tomando tiro de ponto 30. Aqui está o recorte de jornal, Deputado, que eu trouxe — “500 cartuchos ponto 50”.

Os blindados que não chegaram, e um helicóptero, que ainda está vindo, estão obsoletos. Essa é a velocidade. Daqui a pouco, vai ser bazuca. Temos que ir para a frente. Entendo que temos que ir para a frente. Nessa luta, não podemos baixar a cabeça. Temos que entrar nessa ponte e sair lá do outro lado.

Agora, lógico, sou defensor dos direitos humanos. Na condição de Secretário, sou o Estado, que tem de garantir os direitos humanos. Tenho que garantir isso. Na medida em que eu vou buscar isso aqui, estou garantindo os direitos humanos. Mas não procurem interromper a ação da Polícia. Porque a ação da Polícia é tirar isso das ruas, sob pena de amanhã essas coisas estarem na porta da nossa casa perto dos nossos filhos.

Deputado, no GEPAI, hoje, é essencial que o policial faça um curso, uma adaptação. Antes, ele tinha que sair, fazer o cursinho para voltar. Em junho, agora, o praça que entrar já vai, no seu currículo, sair de lá apto a isso.

O GEPAI tem de ser colocado num lugar em que ele seja benquisto. Temos um GEPAI na Vila Cruzeiro que não funciona. Pensamos em tirá-lo, mas a comunidade vai lá e diz “Não tira, Secretário.” “Mas ele não está funcionando; ele está aqui para levar pessoas idosas aos hospitais. Isso não é função da polícia”. “Não tira, precisamos dessa referência”.

Lá, no Chapéu, na Babilônia, a mesma coisa. “Vamos botar, não vamos botar.” “Não tira, porque nós precisamos. É o único braço do Estado que está aqui dentro”.



Então, deixamos por entendermos — podemos estar errados — que é o *link* que estamos fazendo com a comunidade.

O policial, realmente, está exposto. O policial, muitas vezes, tem que se corromper para poder ir lá em cima tirar o seu serviço. Mas a comunidade quer que ele permaneça. “Deixa aqui, Secretário, deixa aqui, porque é um socorro; no perímetro desse GEPAI, pelo menos, estamos mais tranquilos”.

Em Niterói, no Cavalão, houve um processo de educação. A Polícia Militar entrou aos poucos e foi, de certa forma, conquistando aquela comunidade e conseguiu se instalar. É um lugar pequeno. Talvez, hoje, em Babilônia, em outros lugares onde temos ações específicas, chegue-se a isso.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Ao Cavalão, na época, inclusive levamos gabinetes dentários, assistência médica; fizemos a implantação disso tudo. Ou seja, a própria Polícia virou um social.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Pois é. Mas tenho medo de que incorramos nisso, Deputado.

A Polícia tem que fazer o trabalho da Polícia, a Polícia tem que levar o dentista. Vem cá, e a Secretaria da Habitação? E o esgoto, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Está excelente a sua exposição, mas, como ainda temos 2 inscritos, peço ao senhor que...

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - O senhor me perdoe, vou ser rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Não; fique à vontade, pode concluir, mas procure concluir, porque temos 2 inscritos.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - O senhor me perguntou sobre o Exército na Providência. Eu gostaria também de saber o que o Exército está fazendo na Providência, isto é, quanto custa, que tipo de obra está sendo feita lá, que respaldo legal existe lá, quem está sendo beneficiado e se aquela obra vai atender a comunidade como um todo? Porque obra social é para a sociedade. Também não sei. Se o senhor obtiver a resposta, eu gostaria de saber.

Quanto à corrupção, o Coronel Pita que me desculpe. Mas, nesse um ano e meio, colocamos em torno de 250 policiais militares para a rua em processo sumário da comissão de disciplina. Acho que é um número razoável. Infelizmente, não gostaria que fosse assim, mas acho que é uma demonstração. Na Polícia Civil,



estamos com 39 procedimentos, dos quais 10 foram para as ruas. Eu acho que assim conseguimos oxigenar. O Corregedor da Corregedoria Geral Unificada é um Desembargador de Justiça aposentado que colocamos lá para evitar qualquer tipo de corporativismo.

Esses seriam os últimos pontos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado.

Passamos a palavra ao ilustre Deputado Edmar Moreira para as suas perguntas por 3 minutos. Em seguida, ao Major Fábio.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Sr. Presidente, não vou formular tipo algum de pergunta.

V.Exa., por favor, não coloque nada em votação hoje, porque o Rio de Janeiro é majoritário aqui. Há 2 candidatos a Prefeito presentes, bem como o Itagiba.

Quero louvar a iniciativa do Deputado Itagiba por convocar essa audiência pública e aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Sr. José Mariano Beltrame, nosso Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que já conhecia por meio da imprensa. Hoje, estou tendo a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente; o Coronel Gilson Lopes, nosso superior. Eu, que tenho a honra de ser capitão da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel Gilson, informo ao senhor que aqui não está sem alteração, não, aqui está tudo alterado; o Dr. Valdinho Jacinto Caetano, Superintendente da Polícia Federal do Estado do Rio de Janeiro; o Sr. Gilberto Ribeiro, Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Também ousaria, Sr. Presidente, pedir desculpas aos nossos convidados, porque, em 1991, Chico Alencar, ao sugerir uma audiência pública, passei por um constrangimento, e falei com ele” nunca mais”.

Veja bem, temos, nessa Mesa, representada, toda a cúpula do Estado Maior da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, essa sala deveria ser absolutamente pequena para um evento dessa natureza e importância. Com isso, não estou absolutamente me referindo aos colegas faltosos — cada um sabe evidentemente da sua obrigação. Mas tenho para mim, pela importância da reunião, pelo fato de as autoridades se deslocarem do Rio de Janeiro para Brasília, que isso traz uma preocupação, com certeza. Lá, evidentemente, não ficou nada a descoberto, mas há um desfalque.



Eu queria também dizer aos nossos ilustres convidados que, aqui, na Câmara, qualquer dia — eu já disse, igual àquela mulher da novela: cansei, cansei. Por que, Sr. Secretário? Desde 1991, na Câmara dos Deputados, legislamos sob impacto emocional. Teria de ser segurança/bombeiro, Coronel, para apagar incêndios. A Câmara não se mostra, Deputado Chico Alencar, competente. Há um acovardamento da Casa em termos da legislação de segurança. Temos um exemplo recente. A 549 que fala de salários de delegado de polícia... Alguém pode até insinuar que estou legislando em causa, porque tenho um filho, para orgulho meu, que é delegado de polícia em São Paulo. Eu tinha conhecimento, mas, ontem, a televisão anunciou para todo mundo ouvir que um carcereiro ganha 700 reais, Coronel. O que ele vai fazer quando a visita chega com a sacolinha lá? Ele tira a pasta de dente para ele, corta o sabonete ao meio. É assim que funciona: quase um estado de necessidade, Deputado Chico Alencar. Não estou justificando isso. Como é que se paga 700 reais para um carcereiro? Como um delegado de polícia que tem todos os pré-requisitos do promotor, polícia judiciária também, ganha 3.600 reais? Como?

No dia em que os nossos governantes, Sr. Presidente, entenderem que segurança não é despesa... Sr. Secretário, primeira coisa: vamos cortar gasolina da radiopatrulha, da segurança isso e aquilo outro — segurança é investimento.

Também não acredito nessa propaganda negativa que se faz acerca da segurança no Rio de Janeiro, porque tudo na vida é absolutamente proporcional. Por que o Rio de Janeiro? Porque o Rio de Janeiro é uma das cidades mais importantes do Brasil, porque o Rio de Janeiro é o nosso cartão postal. O que ocorre lá e vai para a telinha tem uma repercussão 10 vezes maior do que o que ocorre em outro Estado.

Permito-me nominar, por exemplo, os Estados de Alagoas e Pernambuco em que, proporcionalmente, alguns delitos são praticados 5 ou 5 vezes mais freqüentemente do que no Rio de Janeiro.

Então, Sr. Secretário, senhores convidados, é um prazer tê-los aqui. Presidente Raul Jungmann, V.Exa. é um homem atuante e preocupado com a segurança — estão aí os Deputados Marcelo Itagiba, Chico Alencar, nossa querida amiga Marina, que é colega lá da segurança do Rio de Janeiro, o nosso



companheiro aí da Polícia Militar também, Major Fábio —, o exemplo tinha de começar nesta Casa, Sr. Coronel.

Representamos o povo aqui, Deputado Chico. Que representação é essa em que 83% da população brasileira quer imputar a responsabilidade penal a partir dos 16 anos, e nós dizemos não? Pega um cavalo aí — o Coronel e o Secretário sabem disso — 1,89 de altura, 2 por 2, que diz que tem 17 anos. E daí? “Eu tenho 15 anos” E daí? Então, é muito fácil legislar aqui.

Tomará que tomemos realmente algumas providências, mas há um acanhamento, Deputado Marcelo Itagiba, e, em certos casos, até uma omissão em se tratar a segurança. Não sair por aí afora dando tiro em todo mundo nem cometendo, absolutamente, arbitrariedades. O Deputado Hugo está preocupado em saber se a arma é da polícia ou do Exército. Arma não tem DNA. Arma importada e garrucha matam do mesmo jeito. Não me interessa saber o DNA da arma. Existe uma legislação aprovada — é há muita gente a favor — sobre a penalização do telefone celular no presídio, uma coisa que não rende. É proibido. Você vai regulamentar, vai penalizar aquilo que é proibido? Não pode entrar, acabou.

Sr. Presidente, estou extrapolando o meu tempo.

Cumprimento e agradeço os nossos convidados, dizendo que, quem sabe, não poderemos, cada vez mais, acelerar a legislação que diz respeito à segurança pública. Direitos humanos têm de ser para as 2 bandas, não é só para o bandido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Deputado Edmar Moreira.

Concedo a palavra ao último inscrito, Deputado Major Fábio. Lembro que, após a intervenção de S.Exa., vamos encerrar as inscrições, porque a Ordem do Dia já se iniciou.

**O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores palestrantes, seremos bem rápido por causa da hora. De início, parabenizamos o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro pela coragem de estar à frente da segurança pública daquele Estado. Sabemos que a violência tem acometido todas as cidades do Brasil, todos os municípios. Às vezes, quando passamos à frente da televisão e vemos um tiroteio, pensamos logo que é no Rio de



Janeiro, mas, às vezes, é numa cidadezinha da Paraíba, de Alagoas, porque a violência está fluindo em todos os municípios mais pacatos do Brasil.

Hoje, o País vive uma epidemia de violência. Os olhos dos brasileiros estão voltados para o Rio de Janeiro, porque, na verdade, é o que mais se vê na televisão, na mídia. Vimos as intervenções do Secretário e a sua coragem.

Destaco ainda a coragem do soldado de polícia que ganha 900 reais — não tenho certeza se são exatamente 900 reais — e que talvez tenha a mesma inteligência que temos, porque hoje temos soldados mestres e doutores. Têm a mesma inteligência e acredito que o nosso mesmo discurso. Tive o privilégio de sair da Polícia Militar da Paraíba e de estar aqui representando os agentes de segurança, mas há muito soldados bem mais inteligentes do que eu que entendem que estão apenas enxugando gelo no Brasil, que estão vivendo num País que combate a violência com hipocrisia. Porque ganhar 900 reais e combater a violência é hipocrisia. Como é que alguém pode oferecer segurança se ele próprio não a tem? Como é que um professor pode passar conhecimento se ele não o tem? Como é que um soldado de polícia pode passar segurança pública se ele mesmo não a tem? Ele não tem uma casa para morar. Sai de casa, quando está na viatura, a mulher diz que está faltando o gás de cozinha. E ele pensa no que fazer. Talvez ele não leve o primeiro relógio que encontrar na mão do traficante para entregar na delegacia.

Fui policial militar por 20 anos. Nunca peguei um centavo de ninguém. Acredito que todos que estão aqui são sinônimo de honestidade e de justiça, mas sei como é fácil alguém que está passando necessidade em casa encontrar um bêbado com relógio às 2 horas da madrugada e recolher aquele relógio, colocar no bolso e levar para vender para sustentar os filhos.

Secretário, o número de corrupção vai aumentar na polícia do Rio de Janeiro. Foram 250 casos, mas vai aumentar para 300, 400, 500, porque, infelizmente, um abismo chama outro abismo. Eu entrei na Polícia Militar da Paraíba e encontrei pessoas honestas. Pessoas a quem eu dizia “você é o camarada que quero na minha guarnição”. Essa pessoa a quem eu confiava a minha vida, hoje está no presídio de segurança máxima, porque, às vezes, começou pegando o relógio de um bêbado que estava lá de madrugada para vender para sustentar os filhos. Um



abismo foi chamando outro abismo, e esse camarada terminou um bandido perigoso.

Eu gostaria de dizer que a impressão que nós temos é que essa batalha, essa guerra no Rio de Janeiro nunca vai ter fim. Eu sei que o Secretário, o Comandante e o Chefe da Polícia Civil têm o mesmo espírito do soldado, que faz a prisão, combate o crime, sem condições nenhuma. Pelo amor à sociedade, pela camisa que vestiram, a Segurança Pública, a Polícia Militar e a Polícia Civil sobem lá no morro às vezes sem condições, para combater a violência, o crime organizado. Saíram de casa escondido, às vezes disfarçados de gari, de carteiro. E os filhos não podem dizer que o pai é policial militar. O soldado tem a função de policial militar, de policial civil, mas, muitas vezes, ninguém almeja ser policial civil ou policial militar do Estado do Rio de Janeiro.

Eu quero dizer, neste momento, como foi dito pelos meus colegas Deputados, que nós precisamos tomar uma atitude, uma decisão no nosso País. Não podemos viver em um País que está em desordem total. O que vi nesses 2 meses que estive aqui, Presidente Raul Jungmann? Eu vi os policiais rodoviários reclamando que a fronteira está aberta, que não há efetivo; vi o Exército dizer que está precisando se reaparelhar. Chego aqui e encontro o Secretário dizendo que não há efetivo. E é verdade, Secretário, não há efetivo, não. Nós estamos vivendo uma desordem no País. Precisamos colocar a casa em ordem. Estamos cansados de assistir às cenas que estamos assistindo no Rio de Janeiro.

Eu volto a parabenizá-los. Sei que os senhores estão fazendo o melhor possível, mas sei também das dificuldades. Precisamos criar, urgentemente, um fundo nacional de segurança pública que possa melhorar o salário dos policiais, atacar a marginalização no início. Esses indivíduos começaram a ser marginalizados ainda no ventre da mãe, porque faltam saúde pública, educação e segurança.

Obrigado pela oportunidade.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Sr. Presidente, antes de encerrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Eu vou passar a palavra para que eles façam as considerações finais e passo ...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - É um questionamento que talvez eles possam fazer até nas considerações finais, se V.Exa. me permitir.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Por favor.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - São 3 perguntas rápidas que acho que podem ser expostas até na própria consideração final. São matérias que me foram encaminhadas.

Por que a polícia não se antecipou, já que a matéria do jornal *O Dia* trazia indícios de que haveria o confronto entre as quadrilhas rivais, conforme aconteceu recentemente? A inteligência falhou? Não houve informação para fazer essa prevenção ou a prevenção não foi suficiente? A segunda pergunta é se a polícia já identificou os indivíduos que foram fotografados e exibidos no jornal *O Dia*, já que estamos tratando especificamente da questão dessa área. Por último, um dado que ainda me faltou é sobre o desafio — e eu sei que essa equipe irá se desincumbir muito bem desse desafio, já que esse trabalho foi iniciado em relação aos caça-níqueis. Sei que a cúpula da segurança pública — Dr. Beltrame, Dr. Gilberto, Coronel Gilson Pitta e Sr. Valdinho Jacinto Caetano — é composta de homens íntegros e corretos. Que eles procurem estancar essa sangria do jogo do bicho na cidade do Rio de Janeiro e verificar quem está recebendo esse dinheiro, já que estamos falando de corrupção, para que o jogo funcione em todo o Estado do Rio de Janeiro, como vem funcionando. Esse é um trabalho importante e digno que pode ser executado, já que, no passado, em função de trabalhos que fizemos juntos, o Dr. Beltrame e eu, foi possível identificar quem fazia isso na estrutura da própria segurança pública do Rio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Deputado Marcelo Itagiba.

Se o Secretário permitir, vou deixá-lo encerrar, fazer suas considerações finais.

Pela ordem, convido o Coronel para fazer suas observações e comentários finais.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Sr. Presidente, sem interromper o Coronel, gostaria de saber se ele poderia nos fornecer, em números redondos, evidentemente, qual o efetivo da ativa da Polícia Militar hoje no Rio de Janeiro.

**O SR. GILSON LOPES** - (*Ininteligível.*) e dois policiais militares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Pode prosseguir.





**O SR. GILSON LOPES** - Pois não.

Com a permissão do Secretário de Segurança Pública, gostaria de falar, confirmando o que ele já afirmou na sua explanação, sobre essa questão das armas. Os nobres Deputados questionaram se estamos aumentando ou diminuindo a entrada de armas no Estado do Rio de Janeiro. O Deputado Marcelo Itagiba também referenciou o período em que esteve à frente da Secretaria. Só para confirmar, quando nós constatarmos tudo isso, tenho aqui os números exatos das apreensões de 2004 até 2008, obviamente, parcial nos 3 primeiros meses.

Em 2004, foram apreendidas, pela Polícia Militar, 14.557 armas de fogo. No mesmo período, como foi citado aqui, 741 granadas ou artefatos explosivos. Eu estou tratando esses dois itens. Os senhores perceberão a inversão, como foi confirmado pelo Dr. Beltrame. As armas de fogo diminuíram e os artefatos explosivos aumentaram. São as granadas e armas de fabricação caseira, como há lá no Rio de Janeiro.

Em 2005, de 14.357, baixaram para 13.446 armas; de 741 artefatos, aumentaram para 893.

Em 2006, foram 12.507 armas. Então 14, 13 e 12. Os artefatos explosivos apreendidos aumentaram para 1.041, somente pela Polícia Militar.

Em 2007, no ano passado, foram 9.569 armas contra 1.297 artefatos explosivos.

Os senhores podem perceber que, enquanto as armas têm diminuído, embora o grau de letalidade das armas que têm sido apreendidas seja muito maior, como o Dr. Beltrame falou — fuzis, armas de guerra — foram apreendidos 191 fuzis e, no ano anterior, 251. E, somente este ano, foram apreendidas 3.500 armas e 478 granadas. Esses são números exatos de apreensões, com todos os registros, nas respectivas DPs. Isso só vem confirmar o que o Dr. Beltrame citou. Estamos realmente vendo essas armas, fuzis e tudo o mais circulando, e não entrando como contrabando.

Agora, em termos de resposta, até pelo o que já se questionou a Polícia Militar, o que de ostensivo ela tem feito é esse. Parte dessas armas apreendidas, como a dos elementos presos e conduzidos às delegacias, na grande maioria, foram obra do policiamento ostensivo normal, ou seja, por aquelas guarnições que estão,



no dia-a-dia, no asfalto. É o serviço da Polícia Militar que conduz para a delegacia. É dessa forma preventiva que a Polícia Militar demonstra que está cumprindo o seu papel.

Gostaria de agradecer este momento, para passar a nossa visão de Polícia Militar, junto ao nosso Comando. Nós estamos abertos a todo e qualquer questionamento dos senhores, quer aqui de Brasília ou do nosso Estado. A Polícia Militar tem buscado, neste momento, a qualificação e a especialização dos seus integrantes justamente para, dessa forma, estar mais próxima para atender a essa demanda da população fluminense, porque é para ela que nós trabalhamos. Com certeza, vamos conseguir, que seja no médio ou longo prazo, diminuir a violência no nosso Estado.

Esse é o trabalho diuturno da nossa Corporação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Coronel Gilson Lopes, Comandante da Polícia Militar.

Passo a palavra, para suas considerações finais, ao Superintendente da Polícia Federal, Valdinho Jacinto Caetano.

**O SR. VALDINHO JACINTO CAETANO** - Muito obrigado.

Reiterando aqui o posicionamento de colaboração muito firme, muito estreito e muito rápido, *online*, com a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, eu gostaria de fazer menção especial à fala do Deputado Chico Alencar, com respeito à sua preocupação legítima relativa ao ataque aos barões do crime organizado, do crime de uma forma geral.

Nós, da Polícia Federal, por exemplo — vou citar apenas alguns casos —, quando, numa operação conjunta que fizemos com a Secretaria de Segurança, prendemos, em Aracaju, um criminoso importante da facção Comando Vermelho, num conceito maior, aquele seria um barão. Se não existe o barão no crime organizado nos moldes tradicionais, aquele era uma peça-chave importante, que foi preso em Aracaju. Já não tinha ambiente no Rio de Janeiro, fugiu para lá, e, através de um trabalho muito forte de inteligência, nós o localizamos lá, fizemos a prisão e o trouxemos para o Rio.



Durante a minha curta administração no Rio de Janeiro — tomei posse em agosto do ano passado — já tive o desprazer — e ainda bem que a Polícia Federal faz isso — de prender 7 policiais federais, na sua maioria já aposentados, portanto, usando da condição de policial ou perpetraram um crime naquela ocasião, ou depois, valendo-se ainda do conhecimento de policial federal, cometeram crimes. Portanto, nesse período, 7 policiais foram presos.

Atrevo-me a dizer que a corrupção na Polícia Federal do Rio de Janeiro, hoje, é absolutamente mínima. Nosso trabalho de inteligência, nessa área de contra-inteligência é absolutamente forte, obstinado. Talvez, no futuro, tenhamos mais alguma coisa. Queira Deus que não, mas esse é um trabalho forte.

Ainda seguindo nessa vertente do barão do crime organizado, do crime de uma forma geral, entendemos — eu sou um dos precursores desse entendimento na Polícia Federal, que vem se notabilizando pela prisão de grandes empresários em diversas condutas criminosas, por exemplo, na sonegação de impostos — que, quando a Polícia Federal faz uma operação que envolve um mau empresário que sonega 200, 300, 400 milhões, entendemos que esse é um barão do crime, porque, ao sonegar esse imposto, ele lança na marginalização uma grande quantidade de crianças e adolescentes que poderiam se beneficiar desse dinheiro, mas não se beneficiam. Portanto, nós entendemos que estamos prendendo, sim, um barão do crime.

Reitero aqui que a Polícia Federal não olha cor partidária nenhuma. Eu tenho 24 anos na polícia, trabalhei em área de fronteira. Em Ponta Porã, já estavam lá, quando eu cheguei, o Fuad Jamil, o Pingo, esses, sim, grandes barões. Hoje, ou estão presos, ou foragidos no Paraguai. Mas quando nós prendemos um Prefeito que desvia dinheiro de forma deslavada e conseguimos, por meio de um trabalho consistente, minucioso, técnico, com o acompanhamento do Ministério Público Federal e do Judiciário, depois endossando aqueles pedidos de prisão temporária ou preventiva, de buscas e apreensões, nós entendemos que estamos, sim, trabalhando contra barões do crime.

Portanto, a Polícia Federal nesse trabalho — e aí falo pelo Rio de Janeiro, que é a minha área de atuação hoje — entendemos que lá estamos trabalhando muito conjuntamente naquilo que é pertinente à Secretaria de Segurança Pública,



fornecendo a eles, embora hoje tenham profissionais absolutamente competentes na área de inteligência e equipamentos de primeira geração, a Polícia Federal também tem. Portanto, tudo o que temos de conhecimento, repassamos. E, na nossa área específica de atuação, tanto na contra-inteligência, trabalhando contra policiais corruptos, que é a pior, no meu entender, forma de corrupção. E entendo, particularmente, com 24 anos de Polícia Federal, que a corrupção nesse País é a mãe de todos os males. É lógico que eu estou exagerando um pouco, mas a corrupção está na gênese de 99,99% dos males deste País. Portanto, quando trabalhamos contra um policial corrupto, eventualmente a inteligência fornecendo à Secretaria, um policial da Secretaria de Segurança, ou nosso próprio ou contra um prefeito, um ente político de forma geral, um empresário, ou quem quer que seja que, de qualquer forma, comete crime e desvia uma grande quantidade de dinheiro, nós entendemos que estamos trabalho contra barão do crime. Portanto, essa é uma obstinação nossa, da Polícia Federal, e minha em particular.

Nesse quesito, sinto-me muito à vontade.

Para finalizar e não tomar mais tempo, agradeço imensamente a honra e o prazer de estar aqui representando a Polícia Federal, a Superintendência do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, delegado Jacinto Caetano, Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

Concedo a palavra ao Sr. Gilberto Ribeiro, Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. GILBERTO RIBEIRO** - Acho que já se disse praticamente tudo, mas há algumas coisas que eu gostaria de pontuar.

A questão dos salários da polícia, seja a civil ou a militar, é importantíssima e vem sendo efetivamente negligenciada. Vou falar especificamente da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Hoje, a Polícia Civil do Rio de Janeiro realiza concursos extremamente duros, difíceis, realiza uma seleção rigorosíssima do seu efetivo, e, ao longo do ano, vamos perdendo esses profissionais. Depois de capacitá-los, formá-los, dar-lhes experiência, vamos perdendo esses profissionais para outras áreas, especialmente do serviço público. Nós perdemos agentes e delegados para a



Polícia Federal; perdemos agentes e delegados para o Judiciário; perdemos agentes e delegados para o Ministério Público, e assim por diante. Para o Congresso, inclusive.

Por que isso? Porque, de um lado, temos pessoas extremamente qualificadas e, do outro, salários absolutamente irrealistas para a atividade que nós abraçamos. Então, acho que isso é realmente importante e lá na frente se reflete na questão da corrupção. Aqueles que não se adaptam à atividade policial, quer dizer, que optam por largar a atividade policial, capacitam-se e obtêm uma remuneração melhor. Outros acabam ficando, e muitos destes se contaminam pela corrupção, que é, como disse o Dr. Jacinto, um dos grandes males do nosso País. Esse é um ponto que eu gostaria de ressaltar.

Quero ressaltar também a questão das ferramentas. As polícias não têm ferramentas para trabalhar. Falta absolutamente tudo. Para se ter uma idéia, eu, até o início do ano passado, não tinha ferramenta para fiscalizar ferro-velho. Ferro-velho, desmanche de veículos, está intimamente ligado à receptação de veículos roubados. Eu consegui, com o Secretário e o Governador, nós conseguimos aprovar uma lei que regulamenta isso, cria uma série de parâmetros para que a pessoa possa trabalhar com ferro-velho. O ideal seria que essa lei fosse de âmbito federal, não estadual.

Temos hoje uma legislação que permite a progressão após o cumprimento de um sexto da pena. Veio recentemente ao Rio de Janeiro uma Procuradora da República dos Estados Unidos que se ufanou das vantagens da delação premiada. Quer dizer, a pessoa colabora com a Justiça e tem redução da pena. No Brasil, isso não funciona. Por quê? Porque *a priori* o sujeito já cumpre um sexto da pena. Como é que vamos falar em delação premiada num país como o nosso, em que o sujeito é condenado a 15 anos, 20 anos e cumpre um sexto da pena?

Quer dizer, faltam ferramentas. A própria contravenção... O meu policial, quando faz uma apreensão de jogo do bicho, uma apreensão pequena, perde um dia de trabalho e um dia do bico para ficar à disposição do Judiciário, que lá na frente o dispensa. Toda audiência é marcada para as 13h. Ele chega e é dispensado porque o advogado não veio, ou é dispensado porque o acusado não veio, ou é dispensado depois porque é feito um acordo, que está previsto na Lei 9.099, e a



peessoa sai sem que o policial seja ouvido. Ou ele tem que pagar o bico dele ou perde um dia de trabalho. Ele não tem o menor interesse em combater o jogo do bicho, no que diz respeito à sua atuação mais visível, a banca do jogo do bicho em cada esquina.

Então, há uma série de dificuldades que inviabilizam a ação mais eficaz da polícia. Eu acho que cabe a esta Casa começar a discutir a questão da segurança pública, de forma que tenhamos uma legislação mais ágil e eficiente, que permita às polícias funcionarem melhor.

Há especificamente uma situação levantada pelo Deputado Chico Alencar que eu gostaria de contestar. É sobre direitos humanos, especialmente no Complexo do Alemão. Eu posso tranquilamente falar pelo Secretário e pelo Comandante da Polícia Militar. Nós recebemos diversos organismos de direitos humanos para tratar da ação da polícia no Complexo do Alemão. Sucede que alguns deles, e falo sem deixar sombra de dúvida, um deles, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, chegou ao Rio para afirmar execuções. E aí eu discordo, porque eu não discuto se houve ou não execuções, mas a comissão que foi ao Rio de Janeiro foi para afirmar.

Na mesma linha, veio um representante da ONU, que chegou aqui com ar de inquisidor, para afirmar execuções e violações de direitos humanos. Não há um único indício que permita que se afirme *a priori* execução. Não há um único indício. Eu gostaria de pontuar isso. E lamentavelmente esses organismos de direitos humanos vieram para afirmar, desprezando qualquer outra informação que pudesse elidir essa afirmação.

Recentemente, veio ao Rio de Janeiro outro representante de direitos humanos da ONU, um policial, salvo engano, belga. Ele e uma policial holandesa vieram aqui porque sentiram exatamente o que o Deputado sentiu: um distanciamento da segurança pública desses organismos de direitos humanos. Ele sentiu exatamente isso e queria conhecer a realidade do Rio de Janeiro antes de decidir ou afirmar que houve violações. E, aí sim, nós o recebemos, mostramos o que era a nossa realidade, o nosso Médico-Legal, o que vai ser o novo Médico-Legal, como a polícia atua, o planejamento dessas operações, enfim, várias outras informações que na primeira vez, tanto pela Secretaria de Direitos Humanos, como pelo representante da ONU, foram desprezadas.



A situação chegou a tal ponto que, dias depois da ação da polícia no Complexo do Alemão, organismos de direitos humanos foram até o Complexo para tentar formar uma manifestação. E a comunidade local não concordou, porque não viu da forma como eles estavam querendo que se visse, uma ação violenta da polícia, em que tivesse havido uma violação expressa dos direitos humanos.

Então, eu só gostaria de pontuar isso. Nada contra comissões e organismos de direitos humanos. Tenho o maior prazer em recebê-los, em mostrar o trabalho que está sendo realizado. Pediria apenas que os representantes desses organismos, quando fossem ao Rio de Janeiro, buscassem saber a verdade. Em cima da verdade, não há, nem da Chefia de Polícia, nem da Secretaria de Segurança, e com certeza também não por parte do Comando da Polícia Militar, a menor intenção de acobertar qualquer tipo de excesso.

Mas não podemos aceitar que pessoas cheguem ao Rio de Janeiro afirmando e buscando provar violações de direitos humanos. Aí, realmente, não há diálogo, porque nós já fomos colocados numa condição de culpados, numa ação extremamente legítima, em que não podemos perder de vista que o Estado, e a polícia, especificamente, entra cumprindo seu papel. Se há resistência, quem está errado não é a polícia, que está querendo trazer o Estado para determinadas localidades mais carentes; o errado é aquele que afronta a ação do Estado, empunhando armas de guerra e oferecendo uma resistência exagerada.

Então, eu gostaria de deixar isso bem pontuado. Convido o Deputado, sempre que quiser, estou à disposição para recebê-lo, para atender qualquer tipo de chamamento, prestar esclarecimentos. Peço só que se busque uma avaliação correta da situação.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Presidente, eu não estou fundamentado só em organismos internacionais ou nacionais de direitos humanos. Eu mesmo fui, como representante da Comissão, conversei, sem nenhum intuito de organizar manifestação, com algumas famílias e constatei abusos e uma execução sumária, pelo relato do morador que estava na casa. Mas isso depois a gente... É bom que se estabelece um contato direto.



**O SR. GILBERTO RIBEIRO** - Não tenho o menor problema em recebê-lo e discutir isso. Não tenho o menor problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Sr. Gilberto Ribeiro, Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Encerrando esta nossa audiência pública, concedo a palavra ao Sr. José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME** - Bom, eu também queria deixar meu agradecimento pela oportunidade e dizer rapidamente que, quanto à antecipação no Leme, pelos dados que tínhamos, efetivamente não dava para dizer que iria haver o evento. Nós tínhamos alguma coisa, mas o senhor sabe como é o Rio de Janeiro, a toda hora tem... Então, dentro de um critério, não dava para ter isso.

Nas outras 2 tentativas que houve, nós conseguimos antecipar, inclusive houve aquela troca de tiros, um deles foi morto. Antecipamos várias ações. Em Vigário Geral, aquela velha briga, nós conseguimos antecipar. Antecipamos no domingo agora, na Baixada, onde morreram 4 pessoas. E há uns 2 meses, no Méier, não sei os senhores se lembram, morreram 4 pessoas dentro de um carro, conseguimos antecipar. Mas no leme efetivamente não deu para concretizar que haveria essa invasão.

A polícia, nessas aí, já identificou 2 pessoas. Há uma terceira, que possivelmente já tenha falecido, mas, como usa nome falso, vamos ter que checar desde a certidão de óbito e tudo o mais. Mas 2 dessas pessoas estão identificadas.

Quanto a sua terceira demanda, somos profissionais, estamos trabalhando nesse sentido.

O Deputado saiu, mas eu queria deixar dito a ele que realmente a situação do Rio de Janeiro é difícil, complexa, mas nós optamos por ser otimistas na resolução dos problemas, porque ser otimista é muito mais difícil do que ser pessimista. Ser pessimista é fácil, é botar a cabeça embaixo da mesa e achar que nada vai dar certo. Se otimistas, durante 25 horas por dias somos forçados a buscar soluções. Então, nossa opção é por sermos otimistas, e acho que, se cada um de nós que passar lá, que tiver oportunidade, construir um degrau, nós vamos chegar lá.

Quero dizer aos senhores que nós temos muito profissionalismo, muita seriedade, temos horizontes para a questão do Rio de Janeiro. Quem sou eu, mas





deixaria uma sugestão para a Comissão: se a questão do ferro-velho pudesse ser estudada de maneira ampla, seria muito importante, bem como a da identificação civil.

Nós estamos com um projeto piloto no Rio de Janeiro, está lá para os senhores olharem, de controle de armas: o policial chega no paiol do batalhão para tirar sua arma, vai ao menu do computador e diz: eu quero 1 fuzil, 1 pistola, 1 escudo, 1 capacete balístico, e aquilo fica armazenado na CPU, não mais em folhas. Fica ali armazenado. A pessoa só tira aquela arma se estiver de plantão. Quando acaba o plantão, o terminal do computador acusa que aquela arma tem de ser devolvida. Acho que esse é um controle que nos pode ajudar muito na questão dos desvios de arma. Um sistema desses poderia ser imposto no Brasil, para que as instituições policiais e as Polícias Militares — e por que não as próprias Forças Armadas? — tivessem esse controle automatizado.

De maneira que o Secretário, o Chefe de Polícia ou até o Presidente da Comissão pudessem ter isso para consulta, além de fazer com que os administradores públicos tenham o controle do seu estoque de munição, do seu estoque de fuzis, etc. Acho que seria um grande passo se as instituições policiais do Brasil inteiro tivessem isso. E, quem sabe, num sonho mais avançado, a partir desse controle, colocássemos um pequeno *chip* dentro da própria arma, para que pudéssemos saber onde está essa arma, como hoje se sabe onde estão as viaturas da Polícia Militar no Rio de Janeiro.

Deputado Itagiba, em especial ao senhor, queria dizer, embora já tenha respondido isso numa demanda judicial sua, que em momento algum entendo tê-lo acusado de acordo espúrio. Absolutamente. Conheço o senhor, conheço a sua história e sei que o senhor está onde está exatamente porque tem um passado de conduta ilibada e de profissionalismo. Acho que, da minha parte e da parte dos colegas, não há nenhum tipo de melindre nesse aspecto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Com a palavra o Deputado Marcelo Itagiba.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Na condição de autor do requerimento, queria homenagear os presentes pelo espírito democrático de vir debater com esta Casa, trazer propostas efetivas que poderão ser desenvolvidas.



Eu e o Dr. Gilberto tivemos oportunidade de criar no Rio de Janeiro algo que hoje está se tornando referência para o Brasil, o Pátio Legal. Inclusive foi hoje inaugurado pelo Governador Aécio em Minas Gerais. Teve como base algo que foi construído na nossa gestão. Parece que será inaugurado também em Recife.

Então, esse projeto de lei poderá ser encaminhado. Até sugeriria, Presidente, que, em vez de feito individualmente, e em respeito e reconhecimento ao trabalho de V.Exa., essa sugestão fosse encaminhada à Comissão, para que esse projeto de lei relativo aos ferros-velhos saia como uma deliberação da Comissão.

Na condição de policial (estou Deputado Federal, mas sou Delegado da Polícia Federal da ativa), e acredito que posso falar também em nome da Deputada Marina Maggesi, estamos à disposição da segurança pública do País. Estamos aqui para colaborar, esperando sugestões para que efetivamente possamos continuar a prestar um bom serviço.

Esta Comissão, bem como a Comissão de Constituição e Justiça, apresentou e encaminhou ao Plenário vários projetos relativos à questão da segurança pública que já estão sendo votados, inclusive o do inquérito policial, que deverá ser votado em breve. Eu fiz um projeto de lei para o qual peço o apoio do Deputado Jungmann, pois se trata de uma demanda das polícias. É a possibilidade de o policial usar esse tipo de equipamento de qualidade que está sendo apreendido pelos próprios organismos policiais. Ou seja, aquilo que foi apreendido, se serve para a atuação no combate à ação criminosa, em vez de ser destruído, que seja cadastrado pelo Exército e encaminhado à Secretaria, para que esta possa reutilizar. Apresentei um projeto, que foi acatado inclusive por este plenário, no sentido de podermos reutilizar essas armas que são servíveis no combate à criminalidade.

Agradeço a V.Exa. a Presidência sempre sábia dos nossos trabalhos e coloco meu gabinete à disposição da Secretaria de Segurança Pública, da Superintendência da Polícia Federal, da Polícia Civil e da Polícia Militar para tudo o que for necessário.

Acho que esclarecemos muitas coisas que ficaram no ar. Continuarei a exercer meu mandato, como exerci minha atividade policial, com honradez e dignidade, na defesa dos princípios legais deste País, e para isso estarei sempre à disposição.



Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela presença de todos os que compareceram à reunião.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Sr. Presidente, desculpe-me. Só para dizer ao Dr. Gilberto Ribeiro, acerca dos direitos humanos: infelizmente, Dr. Gilberto, o pessoal dos direitos humanos, a grande maioria, só vai a velório de bandido. Infelizmente. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Em nome desta Comissão, Sr. Secretário, Sr. coronel, Sr. Superintendente, Sr. Chefe da Polícia Civil, agradeço imensamente a contribuição. Não é todo dia que temos aqui a cúpula de um Estado importante para debater, discutir e apresentar problemas, assim como soluções, como os senhores fizeram aqui hoje, com inequívoca competência e espírito público.

Comentando uma observação do Deputado Edmar, quero dizer que seria de todo interessante se tivéssemos este plenário absolutamente cheio de Parlamentares. Entretanto, quero chamar a atenção de todos para 3 coisas. Em primeiro lugar, tivemos uma representação, em termos qualitativos, do melhor quilate, que gerou o combate e a discussão que presenciamos. Em segundo lugar, boa parte da mídia e assessores estão presentes para reportar esse debate à opinião pública do País. Em terceiro lugar, os registros do que transcorreu nesta reunião, do que foi feito, discutido, colocado, é algo apropriado não apenas pela Câmara dos Deputados, mas pelo Congresso Nacional, que representa o povo brasileiro.

Digo isso no sentido de procurar exatamente maximizar a contribuição e a presença de cada um e de todos.

Agradeço ao Deputado Marcelo Itagiba pela iniciativa, não é a primeira e seguramente não será a última. Foi de grande contribuição. Pessoalmente, devo dizer-me frustrado, não com o nível dos debates, mas por não poder estar presente todo o tempo e participar ativamente. Em vários momentos, tive vontade de intervir, mas o papel de arbitramento, de certa forma de funcionário do processo, obriga-nos a essa sucumbência, que é exatamente procurar fazer com que os trabalhos caminhem e cheguem a bom termo.



Secretário Beltrame, ao senhor e aos demais da sua equipe, muitíssimo obrigado pela contribuição que deram hoje aqui.

Sucesso e boa sorte a todos.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião ordinária para amanhã, quarta-feira, às 14h, no plenário, para deliberação de proposições constantes da pauta já divulgada.

Está encerrada a sessão.